

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 85 ANOS: CONTEXTO, TEXTO E TRAJETÓRIA (1937 - 2021)



Foto: Luiz Barbosa

CAROLINA DA CUNHA ROCHA
MILA LOPES MESQUITA

Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Brasília - DF, Brasil

A *Revista do Serviço Público* (RSP) celebra 85 anos de existência neste novembro de 2022. O objetivo deste artigo é compreender as diferentes etapas editoriais pelas quais passou a revista, servindo de material de estudo os 4.650 textos produzidos desde seu surgimento, em 1937, até o ano de 2021. Para isso, o trabalho se apoiou nas análises estatísticas feitas por Tânia Keinert e José Carlos Vaz nos anos 1990, ajustando-se e ampliando-se o escopo de estudo para o século 21, e incorporando um diagnóstico sobre o perfil de gênero de seus articulistas. Como resultado, é possível constatar que as diferentes fases políticas do país atuaram diretamente como orientadores das linhas temáticas privilegiadas pela RSP a cada período. Além disso, as transformações sociais, econômicas, políticas e administrativas das últimas décadas permitiram a inclusão de novos objetos de debate, assim como o aumento da representatividade de gênero dos articulistas e a diversificação do público leitor. Dessa forma, o trabalho contribui com um diagnóstico dos principais temas e debates dos diferentes momentos da RSP, desde sua origem até os tempos atuais, servindo a revista como fonte documental relevante para novas linhas de estudo sobre o Estado e o serviço público brasileiro.

Palavras-chave: *Revista do Serviço Público*, trajetória editorial, reformas político-administrativas, serviço público, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v73.ib.7853> | ISSN: 0034-9240 e-ISSN: 2357-8017
Submetido: 13 de setembro de 2022 Aceito: 13 de setembro de 2022



REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 85 AÑOS: CONTEXTO, TEXTO Y TRAYECTORIA (1937-2021)

La *Revista do Serviço Público* (RSP) celebra 85 años de existencia este noviembre de 2022. El objetivo de este artículo es comprender las diferentes etapas editoriales por las que pasó la revista, sirviendo como material de estudio los 4.650 textos producidos desde su creación, en 1937, hasta el año 2021. Para ello, el trabajo se basó en análisis estadísticos realizados por Tânia Keinert y José Carlos Vaz en la década de 1990, ajustando y ampliando el ámbito de estudio para el siglo 21, e incorporando un diagnóstico sobre el perfil de género de sus escritores. Como resultado, es posible verificar que las distintas fases políticas del país actuaron directamente como guías de las líneas temáticas privilegiadas por la RSP en cada período. Además, las transformaciones sociales, económicas, políticas y administrativas de las últimas décadas permitieron la inclusión de nuevos objetos de debate, así como el aumento de la representación de género de los columnistas y la diversificación del público lector. De esta forma, el trabajo contribuye con un diagnóstico de los principales temas y debates de los diferentes momentos de la RSP, desde su origen hasta la actualidad, sirviendo la revista como fuente documental relevante para nuevas líneas de estudio sobre el Estado y el servicio público brasileño.

Palabras clave: *Revista do Serviço Público*, trayectoria editorial, reformas político-administrativas, servicio público, Brasil

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 85 YEARS: CONTEXT, TEXT AND TRAJECTORY (1937-2021)

The *Revista do Serviço Público* (RSP) celebrates 85 years of existence this November 2022. The objective of this article is to understand the different editorial stages through which the magazine passed, serving as study material the 4,650 texts produced since its inception, in 1937, until the year 2021. For this, the work was based on statistical analyzes carried out by Tânia Keinert and José Carlos Vaz in the 1990s, adjusting and expanding the scope of study for the 21st century, and incorporating a diagnosis on the gender profile of its writers. As a result, it is possible to verify that the different political phases of the country acted directly as guides of the thematic lines privileged by the RSP in each period. In addition, the social, economic, political and administrative transformations of the last decades allowed the inclusion of new objects of debate, as well as the increase in the gender representation of the columnists and the diversification of the reading public. In this way, the work contributes with a diagnosis of the main themes and debates of the different moments of the RSP, from its origin to the present times, serving the magazine as a relevant documental source for new lines of study on the State and the Brazilian public service.

Keywords: *Revista do Serviço Público*, editorial trajectory, political-administrative reforms, public service, Brazil

A Revista do Serviço Público consagrará uma parte considerável das suas páginas à publicação de artigos teóricos e doutrinários e de informes de caráter prático relativos à questão primacial do incessante aperfeiçoamento da maquinaria administrativa do Estado. Pela leitura regular desta revista, todos os servidores do Estado poderão acompanhar a marcha dessas questões, ficando em dia com tudo que se faz a respeito de tal assunto, tanto no Brasil como no estrangeiro, e desenvolver simultaneamente a mentalidade adequada a habilitá-los não só ao exercício mais eficiente das suas funções, como mesmo a sugerir inovações úteis ao aperfeiçoamento do serviço público. (Editorial de apresentação da Revista do Serviço Público, novembro de 1937)

INTRODUÇÃO

A *Revista do Serviço Público* (RSP) teve sua primeira edição publicada em novembro de 1937 e até os dias de hoje já foram produzidas mais de 434 edições, publicados mais de 4.650 textos (entre artigos, comentários, entrevistas, reportagens e notas), bem como colaboraram com ela mais de 800 articulistas, entre homens e mulheres, representantes tanto da alta elite burocrática e técnica, como dos demais diferentes escalões hierárquicos, passando por intelectuais, políticos, acadêmicos, gestores públicos do Brasil e do exterior. A edição de novembro de 1937, contudo, é emblemática. Os 26 textos que a compõem - era tanto formada por artigos, como por comentários e notícias, além de uma seção destinada a temas referentes à atuação do Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC) - destinam-se quase que exclusivamente a assuntos relacionados ao ajuste do Estado e à reforma do serviço público, delineando aquela que seria a linha-mestra editorial da revista até os dias atuais, ainda que grandes mudanças de escopo e formato tenham sido feitas ao longo de sua existência. De orientações pragmáticas ao cotidiano de trabalho do funcionalismo a debates sobre novas normas orçamentárias, passando pelo papel do datilógrafo ou mesmo a análises internacionais sobre os serviços civis da administração pública no Chile, a primeira edição de 1937 refletia em suas páginas as principais urgências de sua época. É possível afirmar que a RSP era fruto direto das novas dinâmicas políticas, econômicas e sociais que fervilhavam ao início da década de 1930 e que mudariam os rumos administrativos do Estado brasileiro.

As reformas institucionais implementadas a partir de então surgiram da convergência dos novos debates políticos e administrativos que estavam centrados na necessidade de fortalecer e moralizar o Estado, de criar mecanismos de gestão mais adequados para alcançar resultados mais eficazes e efetivos, de conciliar divergências políticas e regionais e, também, de se alcançar o tão sonhado progresso nacional. Para isso, era preciso engendrar uma nova ordem no país, sustentada por

instituições governamentais estáveis pautadas por normas administrativas de perfil científico e por modernas metodologias de gestão. Estas novas instituições seriam lideradas por agentes neutros, ou seja, burocratas que atuariam como intermediários entre a sociedade e o ente político, homens e mulheres com legítimo conhecimento da técnica e da ação prática, treinados para atuar dentro das regras administrativas e dos rigores da ciência e, portanto, não sujeito aos vícios da Primeira República (1889-1930), tais como corrupção, patrimonialismo, clientelismo etc (ROCHA, 2021, p.34).

Passados 85 anos, é possível afirmar que entre as mais de quatrocentas edições publicadas da RSP até o momento e apesar das oscilações vividas, a revista atuou no sentido de preservar tais princípios, além de ser testemunha privilegiada das transformações políticas e administrativas ocorridas no país, servindo tanto de instrumento de expressão do Estado e de suas reformas, assim como espaço para reflexão de temas referentes à inovação, à gestão governamental e às políticas públicas. É objetivo deste artigo, portanto, compreender as diferentes etapas editoriais pelas quais passou a revista, sendo realizada uma análise de sua produção desde seu surgimento até o ano de 2021.

Para isso, o trabalho se apoiou nas análises estatísticas feitas por Tânia Mezzomo Keinert e José Carlos Vaz nos anos 1990, ajustando-se e ampliando-se o escopo de estudo para o século 21 (Cf. KEINERT; VAZ, 1994a e 1994b). Ambos autores classificaram os 3.898 artigos da revista existentes à época segundo seu *focus* (perspectiva teórica) e seu *locus* (fenômenos empíricos). Os cinco *foci* básicos identificados na RSP seriam: Ciência Administrativa, Ciência Econômica, Ciência Jurídica, Ciência Política, Epistemologia e outros (Ciências Sociais, Ciências Humanas, Estudos Ambientais etc). Enquanto a classificação por *locus* gerou 32 itens,¹ posteriormente agrupados em quatro grupos principais: Estruturação do Estado, Economia, Políticas Setoriais e Ensino e Pesquisa. É importante ressaltar que foram feitas algumas adaptações à pesquisa original, especialmente referente ao *locus* de estudo, de modo a ajustar os campos institucionais sob um rigor analítico

¹ Os 32 itens seriam: 1) Estruturação do Estado: organização administrativa; funcionalismo público; orçamento e finanças; reforma administrativa; organização política; planejamento governamental; estatais; organizações; gestão do conhecimento; e experiências internacionais; 2) Economia: organização econômica; turismo; comércio exterior; setor privado; política agrária; política industrial; política energética; sistema financeiro; e política tecnológica; 3) Políticas Setoriais: saúde/previdência; habitação; educação; meio-ambiente; planejamento urbano; política social; política cultural; segurança pública; e transporte; 4) Ensino e Pesquisa: análise teórico-conceitual; pesquisa; legislação; e opinião pública.

mais coeso aos conceitos e ferramentas de estudo contemporâneos.²

Cabe mencionar que os dados apresentados foram baseados em números brutos do total de textos publicados até hoje, porém é importante entender que a amostra reflete mais uma tendência geral de análise, uma representação da frequência e do valor aproximado ao real dos principais temas tratados em cada etapa histórica, uma vez que a maioria dos artigos é passível de dupla classificação, ou mais. Por fim, o presente trabalho buscou não somente dar continuidade ao trabalho de pesquisa de Keinert e Vaz, adicionando o estudo de mais 752 artigos produzidos entre 1994 até o ano de 2021 (totalizando 4.650 textos), período posterior à investigação iniciada por aqueles autores, como também tratou de adaptá-lo ao integrar outros pontos de análise, como por exemplo, o perfil de gênero dos articulistas da revista, objetivando-se compreender como a revista absorveu e refletiu as transformações sociais em suas páginas ao longo dessas oito décadas, servindo de canal de expressão da própria mutação do Estado e do serviço público brasileiro.

Como resultado, foi possível constatar que as diferentes fases políticas do país atuaram diretamente como orientadores das linhas temáticas privilegiadas pela RSP a cada período. Além disso, as transformações sociais, econômicas, políticas e administrativas das últimas décadas permitiram a inclusão de novos objetos de debate, assim como o aumento da representatividade de gênero dos articulistas e a diversificação do público leitor. Dessa forma, foi possível realizar um diagnóstico das principais pautas e temáticas dos diferentes momentos da RSP, desde sua origem até os tempos atuais, servindo a revista como fonte documental relevante para novas linhas de estudo sobre o Estado e o serviço público brasileiro.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO (RSP)

Quando se estuda a história da administração pública brasileira alguns dos principais debates giram em torno das transformações do Estado assim como sobre a atuação do funcionalismo público nacional. É consenso na historiografia que durante o período imperial brasileiro (1822-1889) os agentes que atuavam

² Visando uma atualização dos *loci*, a pesquisa atual integrou os temas “documentação” e “informação” da pesquisa original no *locus* “gestão do conhecimento”. O *locus* “administração-ensino e pesquisa” ao *locus* “análise teórico-conceitual”, e “dados estatísticos” à “pesquisa”.

na esfera pública não possuíam nenhuma formação científica, nem seguiam qualquer norma burocrática ou ordem racional nos métodos administrativos, sendo seu poder oriundo das relações pessoais ou de classe a que pertenciam.³ Com o advento da República em 1889, os intelectuais republicanos passaram a deslegitimar simbolicamente tudo o que dizia respeito ao período monárquico, associando-o ao que era antigo ou decadente, ao mesmo tempo em que atribuíam a si mesmos a responsabilidade de criar uma nova civilização.⁴ Nesse sentido, é possível afirmar que a reforma administrativa do período republicano, sustentada principalmente por ideias positivistas de construção de uma nova ordem social, racional e progressista, se deu sob a ação direta de atores com grande capacidade de atuação na sociedade (tais como engenheiros, matemáticos e médicos, por exemplo) ocupando postos-chaves no Estado (BHERING, 2008, p.93-94).

No entanto, em muitos aspectos (social, econômico, cultural e político), a herança administrativa de mais de 300 séculos de dominação colonial e imperial portuguesa faria com que os primeiros 40 anos da República fossem marcados pela permanência de vícios burocráticos que impactariam a gestão pública dos futuros governos republicanos. Em outros termos, as reformas administrativas empreendidas durante a Primeira República (1889-1930) não foram suficientes para retirar do Estado os vícios herdados da Monarquia. Segundo Felipe Brasil, Vera Cepêda e Tiago Medeiros, as relações de clientelismo comandadas por famílias patriarcais, geralmente latifundiárias, continuaram convivendo com a força de um Estado central, ou seja, interesses pessoais se misturavam com interesses públicos, assim como o patrimônio do Estado era misturado e confundido com o patrimônio pessoal de quem o controlava (2014, p.10). Isso permeou a cultura política do país e influenciou diretamente seu aparato administrativo, fazendo com que práticas nocivas à eficiência do Estado continuassem por toda a Primeira República, tais como o clientelismo, o coronelismo, o mandonismo, o nepotismo e o patrimonialismo, além da permanência de características do sistema oligárquico no serviço público. Dessa forma, nem todos os cargos administrativos eram ocupados por profissionais, nem a competência técnica deslocou o peso das relações pessoais no momento do recrutamento para um cargo público (BRASIL, CEPÊDA; MEDEIROS, 2014, p.11).

³ Veja-se os trabalhos de Hélio Jaguaribe, Fernando Luiz Abrucio, Mário Wagner Vieira da Cunha, Nelson Mello e Souza, Raimundo Faoro e Wanderley Guilherme dos Santos.

⁴ Veja-se os trabalhos de Dominichi de Sá Miranda, José Murilo de Carvalho, Lilia Moritz Schwarcz, Marcos Jungmann Bhering, Marcos Chor Maio, Maria Tereza Chaves de Mello, entre outros.

Nesse sentido, é consenso na historiografia nacional que foi a partir da Revolução de 1930 que houve um esforço organizado para a superação desses vícios com o estabelecimento de uma administração pública de perfil moderno, ou seja, que se baseava no modelo burocrático weberiano, em técnicas avançadas de gestão originárias de países industrializados e que se orientava para a formação de um serviço público dotado de quadros verdadeiramente técnicos, sujeitos a regulamentações legais, controle hierárquico e estratégias científicas de recrutamento e formação.⁵ Assim, a instauração do chamado Regime Vargas (1930-1945/1951-1954), em especial do Estado Novo em 1937, não representou uma ruptura com as práticas de reformas administrativas iniciadas na Primeira República, mas sim, o processo de centralização política foi realizado de forma mais completa. Para Wanderlei Guilherme dos Santos, a partir de então, o rompimento com a prática política oligárquica deu início a uma complexa trajetória modernizadora, dedicada a reordenar o Estado de cima para baixo, a inaugurar diversas pontes com a sociedade e a abandonar as velhas disputas políticas cujos vencedores eram previamente conhecidos (SANTOS, 2016, p.467).

Assim, após a ruptura com a velha ordem política, ampliou-se, ao menos teórica e discursivamente, a margem para a experimentação administrativa, tendo em vista, principalmente, o desejo de formar uma elite dirigente que lutasse pelos interesses nacionais, orientada para a gestão responsável da coisa pública, e mais afeta aos planos de desenvolvimento do país. No que se refere à formação dos quadros administrativos, segundo Maria Cecília Forjaz, burocratas, intelectuais, militares e representantes das classes médias, assumiram papel fundamental no processo de centralização do Estado e no seu desprendimento das classes dominantes, o que contribuiu para que essas categorias sociais alcançassem grande poder na formulação de políticas e nas decisões (1984, p.42). Como consequência, o debate e o conflito social em torno dos rumos que o Estado deveria tomar foi intenso nesse período, principalmente pela necessidade de mudança diante da crise. Entre as principais questões levantadas estavam: unidade nacional e integração do território; autonomia do Estado contra a centralização; incorporação de novos segmentos sociais ao sistema político; representação de classe; soberania nacional; racionalização da administração pública (tecnificação); construção de um

⁵ Veja-se os trabalhos de Aspásia Camargo, Ângela de Castro Gomes, Bóris Fausto, Maria do Carmo Campelo, Maria Cecília Forjaz, Maria Celina D'Araújo, Pedro César Dutra Fonseca, Sérgio Miceli, Sônia Draibe entre outros autores.

pensamento político brasileiro; e a necessidade de moldar a sociedade brasileira através do corporativismo (FORJAZ, 1984, p.44).

Algumas das mais importantes reformas administrativas foram iniciadas logo após a Revolução de outubro de 1930, a partir do estabelecimento de comissões permanentes para a padronização de procedimentos administrativos que levou à formação de uma comissão permanente de compras em 1930, e em 1936, com a Lei de Reajustamento de Quadros que estabeleceu uma nova classificação dos cargos públicos civis e instituiu normas básicas para a criação do CFSPC. Porém, foi a partir da instauração do Estado Novo, em 1937, que ocorreram as principais transformações no aparelho estatal, tanto em termos jurídicos quanto em sua dinâmica de funcionamento, especialmente no que concerne à máquina administrativa do Estado e à articulação do serviço público federal com os processos de capacitação técnica e formação científica. Surgem como símbolos do apogeu de uma nova era administrativa no país a publicação da primeira edição da *Revista do Serviço Público* (RSP) em novembro de 1937 pelo CFSPC. Em julho de 1938, criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em substituição àquele conselho, este passou a ser o responsável pela publicação do periódico até 1981.

Dessa forma, as ideias, os processos e as normas político-administrativas implantados a partir de então não seriam meros valores a serem revistos pelo DASP para todos os órgãos das demais esferas administrativas do governo no período, mas comporiam um sistema de pensamento que encontraria nas páginas da RSP sua forma mais genuína de expressão. Nesse sentido, é possível afirmar que, em seus anos iniciais, RSP e DASP se confundiam, comportando-se a revista como vitrine ideológica das novas metodologias, conceitos e práticas de reforma e melhoria do Estado. Contudo, como se verá a seguir, essa linha-mestra editorial, embora tenha sido objeto de profundas transformações ao longo do tempo, principalmente com a perda de força e a posterior extinção do DASP, permaneceu como guia de orientação e instrumento privilegiado para o entendimento das reformas administrativas posteriores, e, principalmente, para a compreensão dentro do campo das ciências administrativas, jurídicas, econômicas, políticas e sociais das transformações do Estado e de sua máquina de gestão.

2. ANÁLISE EDITORIAL DA RSP

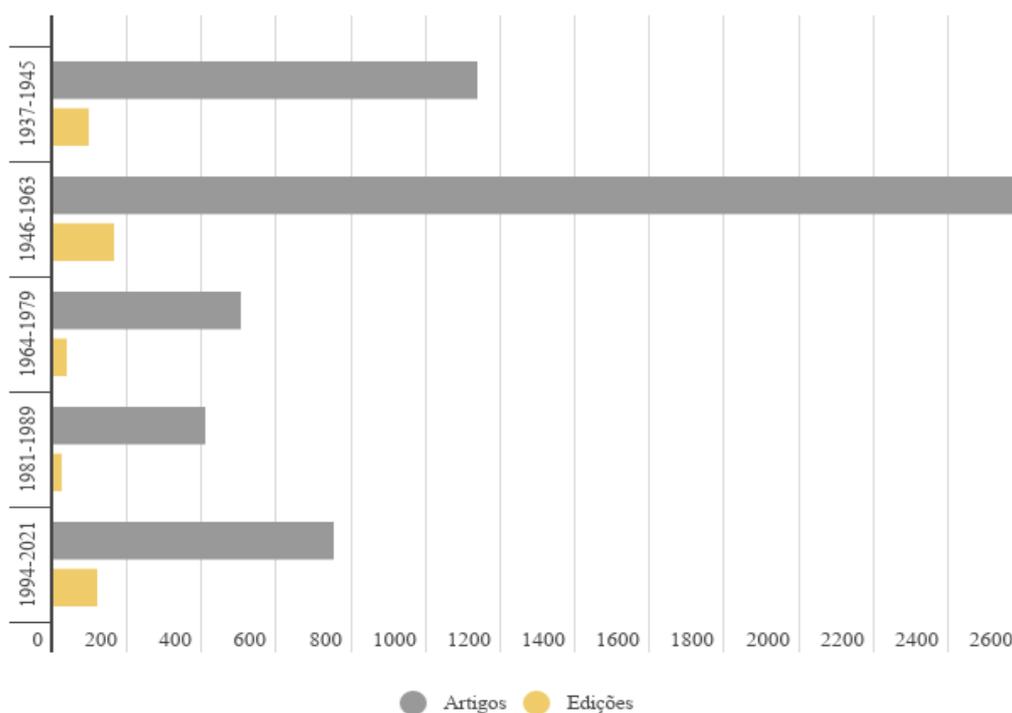
Visando dar início à análise editorial da revista ao longo de seus 85 anos, optou-se metodologicamente por estudar a RSP em cinco contextos históricos, que seriam: 1) Estado Novo (1937-1945); 2) Regresso Democrático (1946-1963); 3) Regime Militar (1964-1979); 4) Abertura Democrática e Nova República (1981-1989); e 5) República Contemporânea (1994-2021). Isso se dá porque a RSP não pode ser entendida como uma publicação de caráter homogêneo. Isto é, ao longo do tempo, a revista viveu distintas alterações editoriais, sofreu modificações em sua estrutura e na constituição interna das seções, deixou de ser uma publicação impressa e assumiu definitivamente a versão virtual, além de, dependendo do perfil do editor-chefe em exercício, houve aumento ou redução do número de artigos por edição. É importante mencionar ainda que a periodicidade de publicação da revista variou bastante (foi mensal, bimestral, trimestral e semestral), algumas publicações foram escritas totalmente em língua inglesa (diante do quadro de internacionalização da revista), assim como houve períodos de total interrupção dos seus trabalhos, muito em razão do contexto político e social do momento.

Cabe mencionar que a metodologia ora aplicada ao estudo das transformações editoriais da revista também se baseia nas alterações epistemológicas das quais foi objeto. Segundo Keinert e Vaz, ao longo de toda a trajetória da revista é possível observar duas tendências básicas que, apesar de conflitantes, complementavam-se: a de ser uma revista oficial, portanto incumbida de divulgar a filosofia do governo em exercício; e a de ser uma revista científica, responsável por publicar artigos de caráter acadêmico, plural e crítico (1994a, p.11). No entanto, por meio da análise das fontes primárias, é possível conjecturar que, em determinados períodos, ambos perfis ora se alternaram, ora coexistiram, até prevalecer o caráter científico a partir do ano de 1996. Ou seja, se durante o Estado Novo, a RSP atuou como verdadeiro porta-voz do Estado, servindo de instrumento de propaganda política para as ações do governo Vargas, no início do século 21 o caráter técnico e acadêmico prevaleceu, figurando hoje como um importante periódico científico em sua área de conhecimento.

Assim, dialogando com o trabalho de pesquisa realizado por Keinert e Vaz no início dos anos 1990 e integrando-se à análise da República Contemporânea (1994-2021), foi possível realizar um estudo integral das transformações editoriais da revista até os dias atuais. O Quadro n.1 apresenta um estudo comparativo entre

a quantidade de edições e de artigos em cada etapa histórica: de sua consolidação e expansão entre 1937 e 1963, ao seu arrefecimento e quase extinção entre 1964 e 1989, e, por fim, à retomada de rumos no século 21.

Gráfico 1 - Comparativo entre a publicação de número de artigos e edições entre 1937 e 2021



Fonte: elaborado pelas autoras.

• ESTADO NOVO (1937-1945): NASCIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DA RSP

É inquestionável, portanto, que a trajetória da RSP se confunde com o próprio DASP, órgão político mais importante criado no Estado Novo, cuja principal função era racionalizar e reformar completamente o aparelho administrativo do Estado. O DASP, dotado de funções especiais como a de reorganizar ministérios e secretarias públicas em todos os níveis (federal, estadual e municipal), concentrou um extraordinário grau de poder dentro de um regime autoritário. Nas palavras de Luís Simões Lopes, organizador e primeiro presidente do DASP entre 1938 e 1945, o órgão representava o controle dos serviços públicos por uma entidade suprema e autônoma, tal como os Estados Unidos o possuíam desde 50 anos atrás (1939, p.101-103). Dessa forma, inspirado na *Civil Service Commission* dos Estados Unidos, o DASP teria duas atribuições principais: o aprimoramento dos padrões éticos no

recrutamento, seleção, classificação de cargos, criando um funcionalismo público profissional, inalcançável pelos políticos; e, a garantia do aprimoramento dos padrões de competência técnica (MELLO; SOUSA, p.57-58). Temas que encontrariam amplo espaço de discussão nas páginas da RSP. O DASP, identificado como catalisador de reformas burocráticas, buscou por meio dos artigos da revista justificar o uso de novas teorias científicas administrativas surgidas no início do século 20 nos Estados Unidos e no Reino Unido (como o *scientific management*, o *personnel management* e os princípios da administração pública de William Willoughby, Jules Henry Fayol e a administração científica de Frederick Taylor), transformando uma gestão com características oligárquicas em uma máquina de racionalidade e eficiência. Sendo assim, Estados Unidos e Reino Unido figuravam como as principais referências internacionais para a capacitação de sua burocracia, sendo bastante frequentes artigos sobre a administração pública desses países.

Segundo Keinert e Vaz, o Estado Novo utilizou-se da RSP e do DASP para operar não somente mudanças técnicas e de organização do Estado, mas também de mentalidade, ressaltando a poderosa influência psicológica exercida pelo departamento entre os servidores públicos, cuja neutralidade técnica poderia guiar os interesses da nação (1994b, p.16-19). A RSP, portanto, em seus anos iniciais promoveu a difusão de artigos cujo escopo era orientado à formação de uma elite burocrática, apoiada por uma cultura científica e por uma especialização técnica, projetando em suas páginas textos que versassem sobre a organização dos mais diferentes ministérios, suas divisões e seções, o papel dos cargos de chefia e da alta burocracia, temas referentes à organização de orçamentos, introdução de novos métodos e novas técnicas de serviços burocráticos (propagando a universalização de procedimentos, por exemplo), e organizando processos seletivos para ingresso em carreiras públicas, visando, especialmente, preservar o princípio do recrutamento por mérito, ou seja, a meritocracia.

À primeira vista, o público-alvo da revista eram os próprios agentes a serviço do Estado, ou seja, sua própria burocracia que estava em formação e precisava ser orientada desde suas ações mais básicas, relacionadas ao próprio cotidiano do trabalho (*Por que deve e como pode o servidor do Estado alimentar-se racionalmente?; Instalação das Repartições; Classificação dos materiais e suas relações com o orçamento; Esquema de organização da biblioteca do DASP* etc), às mais complexas (*Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal; Método de estimativas das rendas públicas ou da nulidade dos atos administrativos; Elaboração do orçamento no Estado Novo; Em busca do equilíbrio*

orçamentário, por exemplo). Isso se dá porque o objetivo maior da administração naquele momento era a profissionalização de sua burocracia. Portanto, o carácter prático, prescritivo, orientador, coercitivo e formativo desses anos de estruturação da revista é evidente. Além disso, era preciso que os artigos oferecessem subsídios técnicos, metodologias, dados e informações que pudessem guiar, padronizar e respaldar as ações de seus agentes nos seus mais diferentes níveis (federal, estadual e municipal), e dispersos nas mais diversas regiões do país.

No entanto, é fato que a RSP também era entendida como instrumento de propaganda política varguista e da própria figura de Getúlio Vargas, atuando como vitrine para expor a modernização do Estado, a racionalidade administrativa a ser implementada pela elite política atuante e, sobretudo, a moralização da máquina administrativa brasileira. Assim, os textos, que se traduzem em artigos, estudos, notas técnicas, entrevistas, entre outros formatos, também apresentam certo carácter laudatório das ações do Estado, trabalho que exortam as transformações operadas durante o Regime Vargas, assim como surgiam como norteadores das metas administrativas e estatais a se alcançar. Não são raros os artigos da época que versam sobre a construção de novos órgãos, institutos, reformas estruturais (inclusive obras físicas, havendo por certo tempo na revista debates para discussão de obras e construções) e serviços de perfil modernizante, como, por exemplo, artigos completos sobre criação do Centro Nacional de Pesquisas Agronômicas, o Instituto de Previdência e Assistência Social aos Servidores do Estado ou Laboratório Central de Enologia.⁶ Tais artigos confirmam que a ideia de reforma do Estado mais que discursiva, também se fazia materialmente.

No que se refere ao perfil dos articulistas, é importante mencionar que neste período os principais autores eram membros das elites intelectuais, políticas e diretivas do país, principalmente no caso do último grupo, dirigentes dos mais diversos órgãos de nível federal: ministros, diretores, chefes, superintendentes, entre outros. Isso se dá porque neste momento não é possível falar de uma burocracia consolidada, mas em formação, sendo assim orientada pelos agentes máximos do Estado.⁷ É o momento, também, de formação da ciência administrativa, sendo por

⁶ As reportagens sobre a construção de novos serviços e edifícios eram feitas em geral pelos jornalistas F. de A. Nogueira e Adalberto Mário Ribeiro.

⁷ Eram muito comuns neste período artigos que traziam questões de concurso público aplicadas nas mais diferentes carreiras, talvez como forma de apresentar à sociedade os mecanismos de transparência administrativa no recrutamento dos seus quadros, mas também a matéria a ser estudada para aqueles que se candidatassem futuramente a tais cargos.

isso ainda habitual no período que juristas fossem alguns dos mais importantes articulistas,⁸ uma vez que se entendia serem os temas administrativos parte do campo do Direito. Talvez por isso, os debates administrativos surjam como ciência própria, mais precisamente nas linhas dos articulistas internacionais, cujos trabalhos eram destinados a orientar métodos, a oferecer doutrinas e teorias de organização, a apresentar técnicas de recrutamento e formação dos servidores públicos, bem como a debater o próprio aparelhamento do Estado, significando que embora a administração como ciência ainda fosse matéria incipiente dentro do país, ela já era uma realidade no exterior.

Cabe observar também que são raras as mulheres articulistas neste momento, sendo identificadas apenas 11 num período de 08 anos da revista, algumas delas de origem estrangeira. É interessante notar que, à exceção dos artigos da prestigiada teórica da administração pública brasileira, Beatriz Marques de Souza Wahrlich,⁹ os artigos escritos por elas tratam de temas relacionados a profissões que eram identificadas com o gênero feminino no período: arquivologia, biblioteconomia e serviço social. O dado expressa a clara oposição entre o exercício profissional dentro da máquina administrativa e a mentalidade tradicional atribuída aos gêneros na época. Assim, é possível resumir no quadro abaixo as principais características editoriais da RSP durante o Estado Novo:

⁸ Por exemplo, o jurista Themístocles Brandão Cavalcanti foi um dos mais prolíficos articulistas da revista. Cavalcanti, que foi procurador-geral da República e ministro do Supremo Tribunal Federal, contribuiu com cerca de 38 artigos cujos temas versavam sobre direito e administração pública.

⁹ Wahrlich concluiu seu mestrado em administração pública pela New York University (1954). Foi professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Escola do Comando e Estado Maior do Exército, do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), entre outras instituições. Além disso, foi uma das poucas mulheres a ocupar posição de chefia na administração pública durante o regime Vargas, atuando como diretora no DASP e no Banco Nacional de Desenvolvimento Estatal (BNDE). Publicou dois livros sobre o tema administração pública pela FGV (*Uma análise das Teorias de Organização e Reforma administrativa na era de Vargas*), além de mais de 40 artigos e ensaios em revistas técnicas do Brasil e do exterior. MULHER 500. Entrada: Wahrlich, Beatriz. <http://www.mulher500.org.br/>.

Quadro 1 - Análise editorial da RSP durante o Estado Novo (1937-1945)

Cenário	Perfil editorial	Artigos	Articelistas	Público-Alvo
Fase de estruturação da RSP	<p>Caráter pragmático, voltada para a instalação de uma mentalidade científica e racional na máquina administrativa.</p> <p>Propaganda da modernidade e eficiência do Estado.</p> <p>Profissionalização da burocracia como objetivo maior.</p>	<p>Caráter prescritivo e coercitivo.</p> <p>Oferta de dados e subsídios para estruturação de setores específicos do Estado.</p> <p>Artigos como mecanismo de propaganda das ações do Estado.</p>	<p>Alta burocracia pública, ministros, chefes de departamento, intelectuais, juristas e articulistas internacionais</p>	A própria burocracia
Estado em busca de organização	<p>RSP como guia de orientação, voltada para apoiar o Estado a estruturar-se de cima abaixo, e em todos os setores, mas principalmente nas áreas administrativa, jurídica e econômica.</p>	<p>Principais <i>foci</i>:</p> <p>Ciência Administrativa (54,68%)</p> <p>Ciência Jurídica (17,90%)</p> <p>Outros (18,56%)</p>	<p>Homens como principais articulistas</p> <p>Poucas mulheres articulistas, com temas relacionados à arquivologia, biblioteconomia e serviço social.</p>	
	<p>Ciência administrativa ainda dependente do campo do Direito</p>	<p>Principais <i>loci</i>: Estruturação do Estado (77%): organização administrativa, funcionalismo, orçamento e finanças e reforma administrativa.</p>		
	<p>Publicação mensal, impressa, em língua portuguesa e editada pelo DASP</p>			

Fonte: elaborado pelas autoras.

Gráfico 2 - Análise percentual dos *foci* de estudo durante o Estado Novo (1937-1945)

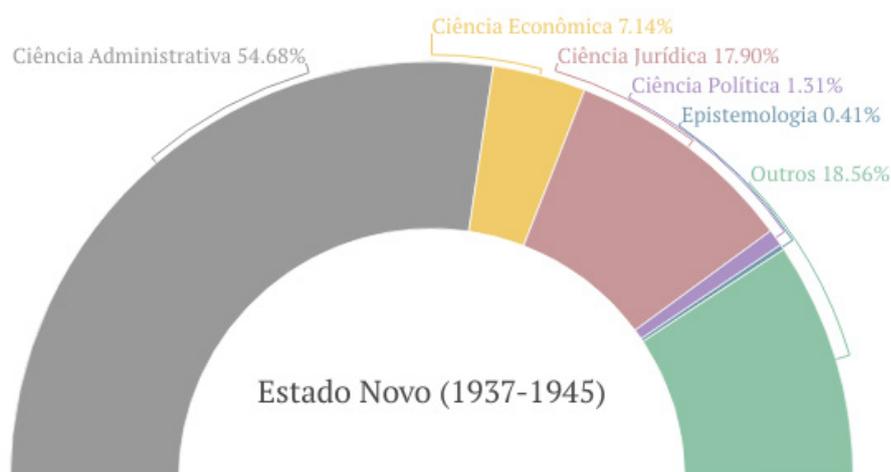
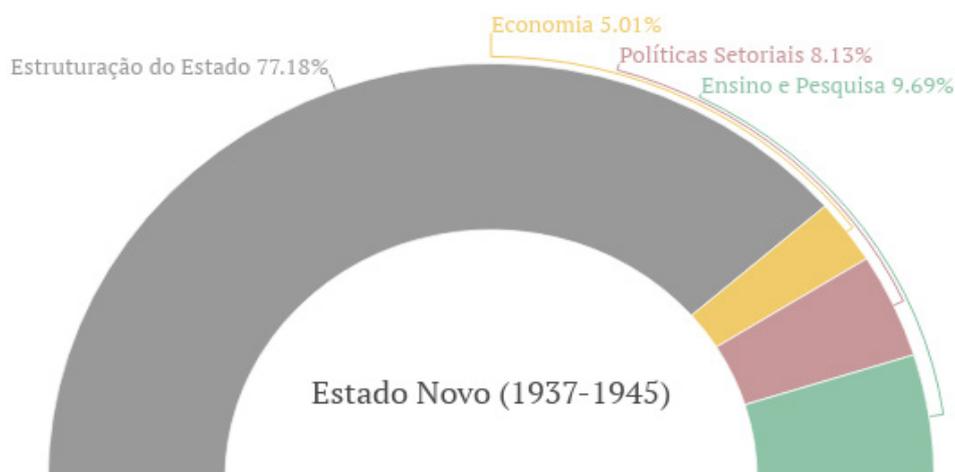


Gráfico 3 - Análise percentual dos *loci* de estudo durante o Estado Novo (1937-1945)



Fonte dos gráficos n.2 e n.3: Keinert e Vaz, 1994a.

• **REGRESSO DEMOCRÁTICO (1946-1964): CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA RSP**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e tendo o Brasil participado do conflito junto às forças aliadas, já não era mais possível defender internamente a continuidade do regime autoritário representado pelo Estado Novo. Em termos administrativos, o próprio sistema centralizador se descompunha a si mesmo, dando origem ao que Wahrlich chamou de “entropia administrativa”,

quando há uma tendência a que um sistema fechado entre em estado caótico devido à falta de potencial para a transformação de sua energia ou trabalho (1984, p.39). Ao mesmo tempo, os ventos reformistas se impunham na evidente busca de renovação sociocultural nas mais diferentes áreas do conhecimento, pela crescente politização da sociedade, pela expansão do processo de urbanização do país acompanhado do aumento do êxodo rural, pelo investimento expressivo na expansão da indústria nacional (fosse de base, energética, automobilística etc.), além do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa (rádio, cinema e televisão).

Internacionalmente, o hemisfério ocidental abriu espaço para o período áureo do planejamento de Estado, tendo sua máxima expressão nas políticas do tipo keynesiano e na ideologia desenvolvimentista. É importante mencionar também que neste período ganhou força conjunto de ideias que, segundo Michel Latham, deram forma à chamada Teoria da Modernização, que teve seu auge entre os anos de 1950 e 1960, cuja influência seria a de promover, com o apoio da ciência e da tecnologia, a implementação das mudanças sociais e do progresso, garantindo um tipo de ordem em que os Estados Unidos dariam aos países menos desenvolvidos um modelo que incluísse as concepções de capitalismo, liberalismo e democracia (Vf. LATHAM, 2000). A consequência mais direta disso foi o alto intercâmbio técnico entre Estados Unidos e países em desenvolvimento, iniciado ainda no período do entreguerras, mas expandido durante a Guerra Fria, feito tanto por indivíduos como por agências, os quais realizaram os mais diferentes projetos de modernização, levando a um fenômeno de politização do saber técnico (CHASTAIN; LORECK, 2020, p.3-6). No caso brasileiro, por exemplo, um dos acordos mais importantes assinados na área administrativa foi o Programa de Ensino em Administração Pública e de Empresas (PBA-1), firmado em 1959 e que se destinou a prover suficiente número de técnicos competentes às repartições públicas e privadas do país. No âmbito deste programa foram enviados professores e técnicos do DASP para a realização de cursos de mestrado e doutorado nos EUA, o que resultou na criação de cursos de administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade Federal da Bahia, assim como foram aperfeiçoados os cursos já existentes no país, em especial os da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (KEINERT; VAZ, 1994a, p.14).

Nesse sentido, a influência dos Estados Unidos tornou-se decisiva nas páginas da RSP, assim como abundaram a tradução de textos sobre as ciências administrativas oriundas daquele país. Além disso, os próprios técnicos, então altamente capacitados, passaram a produzir artigos para a revista, representando

um duplo fenômeno: tanto a descentralização administrativa nos mais diferentes níveis hierárquicos, como se confirma o processo de profissionalização da burocracia, fator que autoriza a ela própria a redigir textos técnicos e analíticos, aumentando-se assim o espaço de estudos e pesquisas sobre administração pública no Brasil. Em outras palavras, é possível identificar a transformação dos quadros do Estado ao analisar o perfil dos articulistas da RSP que não mais se reduz à alta burocracia, mas passa a incluir o quadro técnico dos mais diferentes escalões. É também patente o aumento da participação feminina (de 11 para 36 mulheres), seja na elaboração de textos e estudos técnicos na área da ciência administrativa, seja no papel de tradutoras. Algumas delas, como Maria de Lourdes Lima Modiano, Dulcy Melgaço Filgueiras e Ana Rímoli de Faria Dória, tanto escreveram como traduziram artigos de perfil científico. É possível entender esta etapa como aquela que ampliou os espaços profissionais para mulheres dentro da esfera do Estado, sendo um deles localizado dentro do próprio ambiente editorial da RSP.

Pelo exposto anteriormente, nota-se, portanto, que a revista passa a apresentar artigos de maior sofisticação intelectual, de maior robustez científica e aptos a servir de instrumento pedagógico para os recém-inaugurados cursos de administração pública no país. Dessa forma, a linha editorial se afasta dos artigos de carácter pragmático e coercitivo do período anterior, para apresentar trabalhos realizados por agentes burocráticos altamente qualificados e também pela elite intelectual das ciências administrativas do período, atuando a RSP como a versão brasileira das *Public Administration*, da Inglaterra, e da *Public Administration Review*, dos Estados Unidos, nas quais buscava inspiração. Nesse sentido, é possível afirmar que a RSP atuou diretamente tanto como produtora quanto como difusora no campo do conhecimento em administração pública no país. Talvez por isso, o nível de exigência para publicar um artigo na RSP aumente no período, deixando de ter uma circulação mensal para ser trimestral, algo que é sugestivamente apresentado no editorial da RSP, v.91, de abril de 1963: *Menos volume, mais qualidade*.

Cabe mencionar que se nota também o aumento de artigos voltado para o debate de políticas setoriais, muito em razão da realidade político, social e econômica do período, sendo mais frequentes artigos sobre: políticas sociais (*Dependerá a paz do poder aquisitivo do operário?*; *Vamos dar oportunidade ao trabalhador sexagenário?*; *A mulher e o regime de aposentadoria no serviço público*; *Aspectos sociológicos das migrações*; *As classes sociais e a saúde das massas*; *Bem estar rural perante os poderes públicos*; *O amparo à criança em face ao Estado*; *O Serviço Nacional de Doenças Mentais*, entre outros); os

primeiros debates sobre a região amazônica e as questões ambientais (*Valorização da Amazônia; A margem do planejamento econômico da Amazônia; Estudo panorâmico da fome na Hiléia; A floresta e as secas*, entre outros); a recuperação econômica do Nordeste (*Considerações sobre as secas do Nordeste; Estudos sobre a produção do Nordeste; Uma solução para o Nordeste brasileiro* etc.); temas educacionais (*Educar para a Democracia; Educação popular; Importância da biblioteca nos programas de alfabetização e educação de base; Escola pública, universal e gratuita*, etc.); transportes (*A Rodovia Brasília-Belém e o vale do Tocantins*, entre outros); habitação (*Habitação individual e coletiva; Política de Habitação Rural; O problema da favela* etc.) entre outros debates.

Tal fator representa também um indício de que a ciência da administração começava a delinear os espaços entre o seu ramo público e o privado, passando a integrar o tema da formulação de políticas públicas. Além disso, com a descentralização política e administrativa gerada pelo fim do Estado Novo, também ganhou espaço na revista o movimento municipalista, sendo um de seus defensores Rafael da Silva Xavier, idealizador e presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), personagem que encontrou amplo espaço na RSP para a defesa de maior autonomia para os governos municipais (são alguns de seus artigos *Municipalismo e administração, Municipalismo e Democracia* e *O governo federal e os problemas municipais*). Como consequência, o movimento ganhou até uma seção própria nas páginas da revista.

É importante mencionar que havia neste período um amplo espaço para a pesquisa da administração pública em outros países e não somente nos Estados Unidos, embora sua influência fosse inquestionavelmente preponderante. Iniciam-se os estudos sobre o funcionalismo e a máquina administrativa dos mais diversos países: Alemanha, Argentina, China, Colômbia, Espanha, França, Portugal, Suécia, Suíça, Venezuela e até referências menos usuais como Índia e Paquistão, surgem como novas geografias de pesquisa, diálogo e também de estudos comparados. Causa interesse notar que em termos regionais, o Brasil, assim como outros países latino-americanos, estava dando os primeiros passos em direção à criação de projetos de escolas de formação e treinamento para seu funcionalismo público, fomentando discussões na RSP sobre aquilo que viriam a ser as primeiras escolas de governo do país. Se por um lado sobressaem artigos cuja temática era direcionada a cursos e treinamentos dos quadros públicos (*A adaptação do novo empregado; Liderança Administrativa; Recrutamento e sua finalidade; O treinamento dos empregados; Chefia e Produção; Métodos de treinamento e sua utilização; Produtividade* etc.), por outro se

buscava diretamente a criação de espaços físicos para este tipo de formação (*A criação da Escola Latino-americana de Administração Pública; Projeto da Escola Interamericana de Administração* etc.).

Por fim, sendo este considerado o momento de reabertura do país, caracterizado pelo retorno democrático que permitia o debate público dos mais diversos temas de interesse no período, algo que impactaria diretamente a quantidade de edições e artigos, as páginas da revista viram circular por ela articulistas de renome, entre eles, o educador Anísio Teixeira, o economista Celso Furtado e o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos,¹⁰ cujos artigos mostravam comprometimento com projetos de modernização social, de renovação intelectual e dos processos econômicos, com vistas à proposição de soluções para as questões mais urgentes do país.

Quadro 2 - Análise editorial da RSP durante o Regresso Democrático (1946-1963)

Cenário	Perfil editorial	Artigos	Articulistas	Público-Alvo
Período de consolidação da RSP	Caráter democrático, profissional e internacional (estudos comparados e pesquisa no exterior)	Sofisticação intelectual dos debates e maior robustez científica	Burocracia técnica bastante profissionalizada, oriunda dos diferentes níveis hierárquicos, muitos deles com formação no exterior	A própria burocracia
Estado não só pensa a si mesmo, como gera e difunde seu próprio conhecimento	Burocracia já profissionalizada, perde o caráter de revista pragmática e assume uma linha editorial mais analítica com maior rigor na seleção dos artigos.	Textos com caráter analítico-científico	Intelectuais progressistas e expoentes da ciência administrativa nacional	Estudantes e professores dos recém criados cursos de Ciências Administrativas
	Consolidação da Ciência Administrativa como independente do campo do Direito. Separação do ramo da administração pública da privada.	Principais <i>foci</i> : Ciência Administrativa (56,77%) e Ciência Jurídica (17,81%)	Maior participação de mulheres como articulistas e como tradutoras	Gestores municipais

¹⁰ Alberto Guerreiro Ramos junto ao jurista e ex-diretor do DASP, Tomás Vilanova Monteiro Lopes, provavelmente foram alguns dos primeiros articulistas afrodescendentes e de grande expressão na revista. Foram identificados 31 artigos escritos por Monteiro Lopes entre os anos de 1941 e 1959, e, no caso de Guerreiro Ramos, foram identificados cerca de 17 artigos escritos por ele entre os anos de 1946 a 1949.

Cenário	Perfil editorial	Artigos	Articelistas	Público-Alvo
	<p>Integração dos debates sobre políticas públicas no campo da administração pública.</p> <p>Publicação oscilante: ora bimensal e ora trimestral.</p> <p>Impressa, publicada em língua portuguesa e editada pelo DASP.</p>	<p>Principais <i>loci</i>: Estruturação do Estado (63,75%): Funcionalismo, organização política e planejamento governamental.</p> <p>Políticas Setoriais (13,54%): saúde e previdência, educação, planejamento urbano e política social.</p> <p>Ensino e Pesquisa: 17%: análise teórico-conceitual e legislação.</p>		

Fonte: elaborado pelas autoras.

Gráfico 4 - Análise percentual dos *foci* de estudo durante o Regresso Democrático (1946-1963)

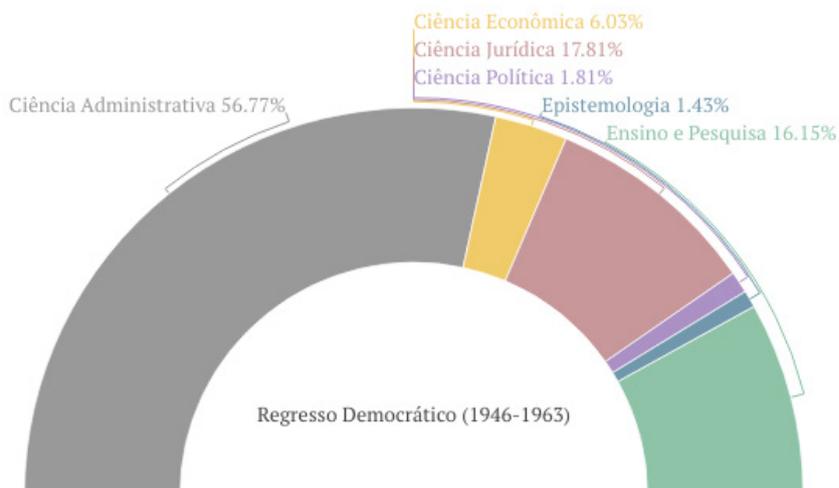
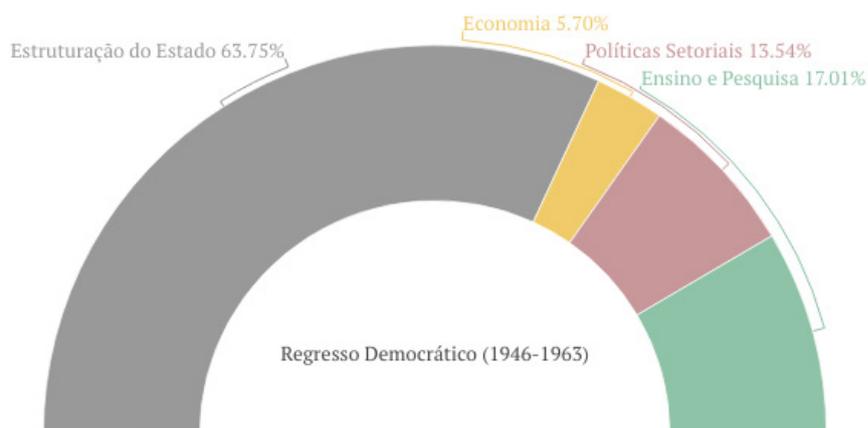


Gráfico 5 - Análise percentual dos *loci* de estudo durante o Regresso Democrático (1946-1963)



Fonte dos gráficos 4 e 5: Keinert e Vaz, 1994a.

• REGIME MILITAR (1964-1979): RETRAÇÃO E DEFINHAMENTO DA RSP

Em 31 de março de 1964, o Brasil despertou sob o comando das Forças Armadas, dando início a um regime militar que duraria por mais de duas décadas. Diversas seriam as motivações do golpe, desde o avanço das lutas operárias urbanas e rurais, a quebra da disciplina e da hierarquia militar nos quartéis (algo que aproximou hierarquias militares inferiores a trabalhadores organizados), uma grave situação financeira provocada por altos índices de inflação e, com isso, o aumento das demandas populares que se manifestava por meio de greves gerais. Em termos de administração pública, os militares que assumiram o poder detinham uma ideologia antipolítica e tecnoburocrática e definiam o regime como um instrumento modernizador do país, fazendo com que os temas administrativos ganhassem especial destaque no período (ABRUCIO; PEDROTTI; PÓ, 2010, p.49).

É possível afirmar que foi durante o Regime Militar que houve a segunda tentativa de reforma da administração pública brasileira, baseada na necessidade de superação do rígido perfil burocrático de molde weberiano para a implantação de uma administração gerencial. O Decreto-Lei 200, de 1967, deu ênfase à descentralização por meio da autonomia da administração indireta, promovendo a transferência das atividades de produção de bens e serviços para autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista, instituindo-se como princípios de racionalidade administrativa o planejamento, o orçamento,

a descentralização e o controle de resultados (BRESSER, 1998, p.11). Dessa forma, o regime fortaleceu e criou algumas carreiras de Estado, principalmente na área econômica (ainda sob princípios meritocráticos daspianos), assim como reforçou os mecanismos de planejamento, com a criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e a Secretaria de Planejamento (Seplan), que atuava como agência central em relação ao sistema de planejamento, contabilidade e auditoria, além de exercer o controle sobre todas as empresas estatais, fundações públicas e autarquias.

Neste período ocorreu, portanto, um crescimento da máquina governamental com vistas a aumentar sua capacidade de intervenção, de centralização e controle no país, sendo a reforma administrativa impregnada da lógica militar (KEINERT; VAZ, 1994a, p.16). Por um lado, houve expansão das empresas estatais e das fundações, por meio da flexibilização de sua administração, cuja ideia era de obter maior eficiência nos serviços e nas atividades econômicas do Estado. Por outro, se fortaleceu a aliança política entre os altos escalões da tecnoburocracia estatal, civil e militar e a classe empresarial (BRESSER, 1998, p.11). Cabe mencionar ainda a perda de força do DASP, que passou a dividir suas funções com a Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa – Semor (parte integrante da Seplan), tendo sua atuação restringida à área de aperfeiçoamento dos agentes de Estado e à realização de concursos públicos, fator que atingiu diretamente a RSP.

A linha editorial da revista assumiu um perfil bastante distinto dos períodos anteriores, atuando como porta-voz de um Estado autoritário, cujo principal objetivo dentro da máquina administrativa era combater a política com a técnica. Talvez por isso fossem comuns no período artigos intitulados como *Menos política e mais técnica*, onde, em teoria, buscava-se fugir do terreno político-partidário na escolha dos componentes da alta cúpula burocrática do país com a intenção de eleger somente perfis técnicos para os cargos públicos. Com a perseguição interna a servidores com perfil contrário ao regime, especialmente visando o combate de ideologias nocivas ao país, como o comunismo e o socialismo, e sob a égide da política de Segurança Nacional, as páginas da RSP passam a refletir essas mudanças. Parte da elite intelectual e burocrática que contribuía com artigos nos anos áureos da revista, já não encontra espaço de expressão na RSP, fazendo com que o periódico publique artigos mais heterogêneos, sem uma linha editorial e nem público-leitor definidos. Os principais articulistas do período são ministros, membros do Poder Executivo, juristas e intelectuais apoiadores do regime, assim

como membros do alto escalão do governo, entre eles militares de alta patente. Há um retrocesso nos debates sobre as ciências administrativas com a participação de poucos representantes das escolas de administração do país, assim como se reduz novamente a participação feminina, sendo identificadas apenas 12 articulistas.

É importante ressaltar que abundaram no período artigos voltados para a justificação do golpe militar cujos títulos variavam em *A Segurança Nacional e a Legislação Brasileira*, *Documentação e Segurança Nacional*, *Segurança Nacional e Segurança Pública*, entre outros – textos esses utilizados como instrumentos de legitimação ideológica do regime. Causa interesse notar também o desenvolvimento das ciências da informação, com grande número de artigos relacionados à gestão do conhecimento, com introdução do debate sobre sistemas tecnológicos de análise de dados, assim como aqueles que buscavam disseminar técnicas e metodologias de captação de informações do próprio país e de seus cidadãos (*O Banco de Dados e o Plano Nacional de Estatísticas Básicas*; *Teoria e Prática da Análise Documental*; *Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação no Brasil*; *Estudos brasileiros e sua inventariação bibliográfica*; *Processamento eletrônico de dados e outros auxílios tecnológicos*; *Análise de sistemas*; *Papel da documentação na implantação de uma nova política de pessoal*; *Arquivologia e Desenvolvimento*; *Cibernética e organizações*, entre outros títulos). Nesta etapa a influência administrativa dos Estados Unidos é preponderante, especialmente pelo total alinhamento do país à política internacional estadunidense do período. Tal fator impactou também a produção de artigos da RSP, que passou a apresentar menos pesquisas e estudos comparados com outros países, privilegiando as técnicas e metodologias de gestão norte-americanas.

Por fim, as páginas da RSP também expressaram o controle ideológico mais rígido sobre as publicações no período, algo que fica bastante claro com a edição 109, número 02, referente aos meses de abril e junho de 1974. Nessa edição, a página reservada ao editorial apresenta um selo com os seguintes dizeres: "o editorial foi retirado por não refletir a orientação da Direção-Geral do DASP". O editorial proibido, intitulado *Novas dimensões e perspectivas para a Revista do Serviço Público*, talvez nunca seja recuperado. No entanto, ele permite considerar um possível desejo de novos rumos editoriais para a revista no período, ideia que sofreu algum tipo de resistência por parte dos dirigentes do DASP à época. Em 1975, a publicação da revista seria suspensa.

Quadro 3 - Análise editorial da RSP durante o Regime Militar (1964-1979)

Cenário	Perfil editorial	Artigos	Articelistas	Público-alvo
Retração e definhamento da RSP	Difuso e em desalinho Revista como porta-voz e legitimadora do regime autoritário	Sem orientação específica: nem rigor analítico-científico e nem caráter pragmático Artigos privilegiam a oferta de dados, informações e estatísticas sobre o país e seus cidadãos	Ministros de Estado, membros do Poder Executivo, juristas e intelectuais apoiadores do regime, membros do alto escalão do governo e militares de alta patente	Indefinido: sociedade e funcionariado público
Estado como formulador de dados e controlador das informações	Retorno ao perfil jurídico, com retração das ciências administrativas	Principais <i>foci</i> : Ciência Administrativa (54,77%) Ciência Jurídica (24,31%)	Redução da participação de mulheres articulistas	
Suspensão em 1975	Publicação trimestral, impressa, em língua portuguesa e editada pelo DASP	Principais <i>loci</i> : Estruturação do Estado (77,23%): Organização política, Reforma Administrativa e Planejamento Ensino e Pesquisa (14,15%): Análise teórico-conceitual e legislação		

Fonte: elaborado pelas autoras.

Gráfico 6 - Análise percentual dos *foci* de estudo durante o Regime Militar (1964-1979)

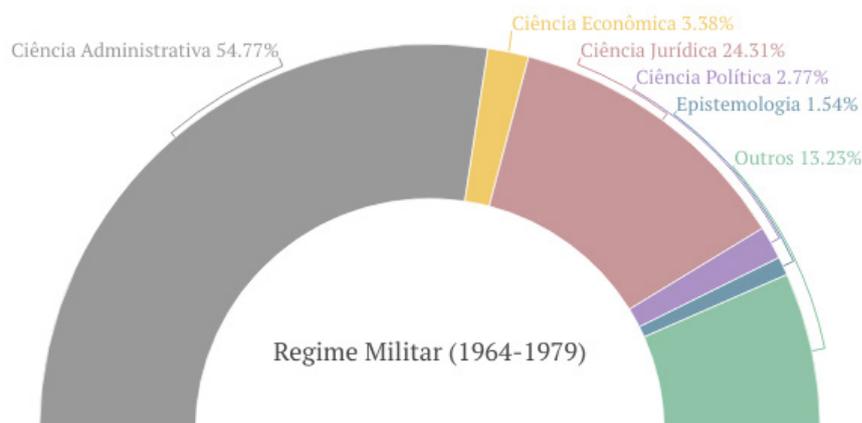
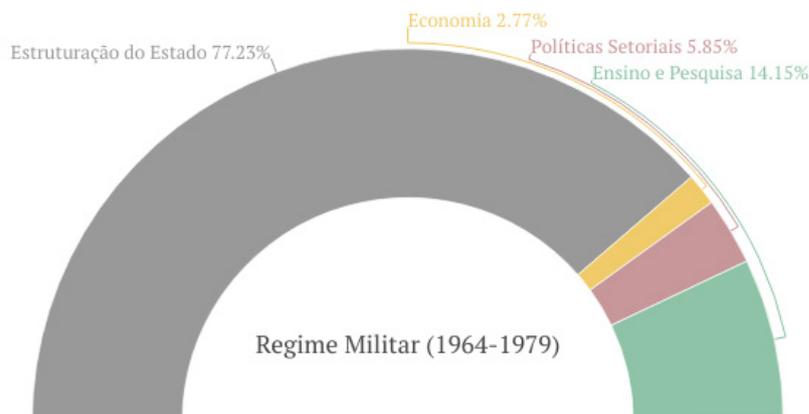


Gráfico 7 - Análise percentual dos loci de estudo durante o Regime Militar (1964-1979)



Fonte dos gráficos 6 e 7: Keinert e Vaz, 1994a.

• **REABERTURA DEMOCRÁTICA E A NOVA REPÚBLICA (1981-1989): PÁLIDA TENTATIVA DE RETORNO DA RSP**

Quando a RSP foi relançada em 1981, após seis anos de suspensão, o Brasil iniciava um lento caminho em direção à redemocratização, parte de um contexto mais amplo de abertura que englobava também outras ditaduras da América do Sul. A estratégia de transição “lenta, gradual e segura” foi originada no próprio governo, em um momento em que se combinavam a crise do regime autoritário, a crise fiscal e financeira (que contribuiu com a derrocada do modelo nacional-desenvolvimentista) e a crise social caracterizada pelo aumento da miséria e da marginalização (FAUSTO, 2001, p.218). Ao mesmo tempo, emergia no debate público nacional a demanda pelo retorno dos direitos políticos, fator que incentivou parte da sociedade brasileira a mobilizar-se de diferentes formas. Por um lado, houve o aumento da atuação dos sindicatos, como, por exemplo, com a organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Por outro, o movimento municipalista, representado pela Frente Municipalista Nacional, contou com a participação de mais de 3.000 prefeitos e vereadores que exigiam maiores recursos e obras para os governos locais. Além disso, ao quadro de efervescência política nacional somou-se o movimento de *Diretas Já!* em 1983, que mobilizou cerca de 6 milhões de pessoas nas ruas do país a pedir eleições diretas, contando com a participação de políticos, intelectuais e membros da classe artística (FAUSTO, 2001, p.222). Apesar da crescente pressão social, as eleições de 1984 permaneceram indiretas, porém os

candidatos civis da Aliança Democrática, Tancredo Neves, candidato à presidência, e José Sarney, como seu vice, contaram com amplo apoio popular. Em 15 de janeiro de 1985, a vitória de Tancredo e Sarney dava fim aos 21 anos de regime autoritário no país.

Renascida das cinzas, em 1981, o editorial da RSP expressava o desejo de renovação:

A Revista do Serviço Público ressurge inspirada pela consciência da crescente necessidade de manter a função pública em contato regular com análises objetivas, em linguagem acessível, dos grandes temas político-administrativos de nossa época. Trata-se, numa palavra, de contribuir para que o funcionalismo se beneficie dos melhores resultados de toda uma atividade intelectual, e notadamente universitária, voltada para a compreensão em profundidade da ação de governo e dos problemas por ela enfrentados. Com este propósito, procura-se reatar a tradição meritocrática que animou a fundação desta revista, ao ensejo da modernização do serviço público no Brasil consubstanciada, há quase meio século, no advento do DASP. Essa exigência meritocrática reclama, na atualidade, que o servidor público descortine horizontes científicos e humanísticos cada vez mais complexos e inter-relacionados, a fim de permanecer familiarizado com as principais inovações de nosso tempo (RSP, v.38, n.4, 1981)

Voltada diretamente para servir de veículo de informação para o servidor público, a revista tentou equilibrar a publicação de artigos acadêmicos e técnicos, com a divulgação interna dos atos do governo (KEINERT E VAZ, 1994a, p.20). No entanto, na análise do material produzido, nota-se claramente que prevaleceu o perfil de revista como magazine do Estado, sendo seu conteúdo mais folhetinesco que crítico ou científico, algo que se reflete inclusive em algumas das capas do período: fotos e imagens chamativas, excesso de manchetes e amplo espaço para divulgação das ações do governo. A falta de foco e a perda de uma linha editorial mais nítida seriam traços persistentes dos anos do período militar, o que tornava muito confuso o material publicado: ora artigos mais críticos, ora reportagens e entrevistas, e ora divulgação das ações cotidianas do Estado.

Ressurgida em um momento de debates democráticos, de definição de rumos e de reajustes políticos, a RSP também vivia momentos de reajustes e de experimentalismo, sendo mais frequentes a presença de artigos que se concentravam na proposição de novos instrumentos para a solução de problemas históricos na administração pública (como desestabilização financeira, insulamento burocrático, corrupção, centralização política etc). Algumas dessas propostas encontraram ressonância na própria Constituição Federal de 1988 (como transparência, descentralização e profissionalização meritocrática do serviço civil) (ABRUCIO; PEDROTTI; PÓ, 2010, p.57). *O Poder descentralizado - sugestão à constituinte; A garantia*

dos direitos sociais na Constituição; Informática – o computador torna a burocracia transparente; A cruzada da desburocratização no Brasil do cruzado; Estado não pode ser mero administrador de privilégios; Guerra aberta ao centralismo e ao dirigismo, os grandes vilões surgem como exemplos de títulos que sugeriam o processo de questionamento da ordem política e administrativa então presente e a busca irrefreada pela retomada de novos rumos, ao mesmo tempo em que revelavam a própria mutação que sofria a ciência da administração pública no Brasil.

Nesse sentido, é notória a expansão de temas relacionados à ciência política, os quais também se fundiam com os debates sobre administração pública. Para Keinert e Vaz, isso talvez possa ser explicado pelo crescente nível de contestação e organização social alcançado no período, onde as reivindicações eram exercidas de modo mais claro e aberto, algo que fazia com que se multiplicassem os canais de comunicação entre Estado e sociedade. Tais fatores enfraqueceram a ideia de Estado interventor, processo que foi plasmado nos programas do período, tais como o Programa de Desestatização e o Programa Nacional de Desburocratização, projetos que visavam à simplificação e à racionalização dos órgãos públicos, assim como fazia surgir a figura do cidadão-cliente (KEINERT; VAZ, 1994a, 19).

Dessa forma, não poderia ser diferente que os temas “reforma administrativa” e “organização política” representassem grande parte das preocupações presentes nos artigos, estando a palavra “Reforma” presente em pelo menos 11% dos títulos da produção do período. Ao mesmo tempo é possível identificar um aumento dos temas jurídicos, algo natural quando se vivia um período de amplo debate constitucional. A revista refletia, assim, as grandes preocupações sociais do momento, sendo nítida a ampliação de artigos sobre preservação ambiental e meio-ambiente (especialmente pela internacionalização da temática no momento e pela atuação de ambientalistas nacionais como Chico Mendes), o aumento de trabalhos sobre economia e comércio exterior (graças às crises econômicas e fiscais vividas à época), além disso retomou-se o estudo sobre experiências administrativas estrangeiras e expandiu-se o tema tecnologia. Apesar disso, a produção editorial ainda era insuficiente e confusa, sendo a menor de todos os períodos. Os articulistas restringiam-se a uma burocracia técnica vinculada ao governo federal (o famoso “executivo de Estado”), além de juristas, representantes da academia e indivíduos de qualificação intelectual reconhecida. Em relação ao total da produção, que foi o mais baixo entre todos os períodos, a presença de pelo menos 20 mulheres autoras de artigos confirma uma retomada da diversidade de gênero nos quadros públicos

nesta década.

Interessante notar que nesta etapa histórica a RSP via-se a si própria como instrumento de modernização e de apoio nas reformas, orientada a publicar e difundir as teorias administrativas mais recentes, entendendo-se a si mesma como parte integrante e partícipe destes tempos de reajustes democráticos e de rumo a uma nova proposta de futuro. A revista passou para a responsabilidade da Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Funcep), instituída em dezembro de 1980. A Funcep tinha por objetivo promover a valorização e a dignificação da função pública e do servidor público, fortalecer o instituto do mérito (tanto para ingresso como para acesso a funções superiores da administração pública), e realizar estudos e pesquisas de interesse para a formulação da política de pessoal civil. Editada pela Funcep desde 1981, a RSP passou a publicar artigos que propagavam o papel emblemático dessa fundação: *Funcep – um lema, um propósito: servidor bem formado, serviço bem executado; A Funcep e a Nova República; Funcep pronta para o desafio; Funcep – centro de difusão e reforma*, entre outros. Em meados da década de 1980, os artigos e as notícias publicadas na revista passaram a focar na apresentação daquela instituição que seria o braço de apoio da Funcep, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Desde 1982 se propunha a criação de uma escola de governo que promovesse a formação e a qualificação de quadros de nível superior, com a missão de modernizar e tornar eficiente a administração pública federal, tal como constava no relatório do embaixador Sérgio Paulo Rouanet. O relatório Rouanet ganhou grande projeção dentro das discussões sobre os novos rumos administrativos do período, uma vez que o embaixador concluía em seu diagnóstico a necessidade de interligar seleção, formação e progressão funcional, sugerindo a criação de uma carreira ou cargos de natureza especial para o exercício de atividades de direção, supervisão e assessoramento nos escalões superiores da burocracia como meio de solucionar a alocação dos “funcionários polivalentes” que a futura escola formaria (Vf. ROUANET, 2005).

Assim, instituída em 1986 e imbuída da mesma missão reformadora da Funcep, além de se apoiar no modelo da *École Nationale d'Administration (ENA)*, da França, a escola surgia sob égide de objetivos ambiciosos e de expectativas elevadas no que se refere à formação de administradores para a esfera pública federal, tal como sugerem os títulos dos artigos: *O concurso da Enap – o primeiro passo de uma revolução; Enap – resgate do modelo brasileiro de administração pública*; e talvez o título

mais sugestivo de todos, *Enap: aqui se constroem aprendizes de estadistas*. No mesmo ano em que o projeto Enap assumia contornos mais claros, o DASP, órgão que há muito perdera suas prerrogativas no que concerne à formação e capacitação dos quadros públicos, seria finalmente extinto. Posteriormente, em dezembro de 1990, a Lei n.8.140 extinguiu também a Funcep, fusionando suas ações às da Enap, ocorrendo em seguida a criação da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). No entanto, tal entusiasmo com as novas missões exigidas pelo Estado não foram suficientes para manter a RSP em circulação, sendo novamente suspensa em 1989 até o ano de 1994.

Quadro 4 - Análise editorial da RSP durante a abertura democrática (1981-1989)

Cenário	Perfil editorial	Artigos	Articelistas	Público-Alvo
Pálido ressurgimento da RSP	Difuso, diverso e controvertido Em teoria, propõe um perfil analítico-científico. De fato, atua como folheto de propaganda das ações cotidianas do Estado	Mescla de perfil científico com informativo	Burocracia técnica (Executivos de Estado), intelectuais e acadêmicos	Funcionalismo público
Estado em amplo processo de experimentação e em busca de orientação para resolver problemas urgentes com vistas à criação de novos rumos políticos	Publicação impressa, em língua portuguesa e periodicidade oscilante (ora semestral e ora trimestral)	Principais <i>foci</i> : Ciência Administrativa (37,2%) Ciência Jurídica (18%)	Retomada da participação feminina	
Suspensa em 1990	Passou a ser editada pela Funcep	Principais <i>loci</i> : Estruturação do Estado (42,8%): organização política, reforma administrativa Economia (19,6%): comércio exterior e tecnologia Políticas setoriais (12,8%): política ambiental		

Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 8 - Análise percentual dos *foci* de estudo durante a Nova República (1981-1989)

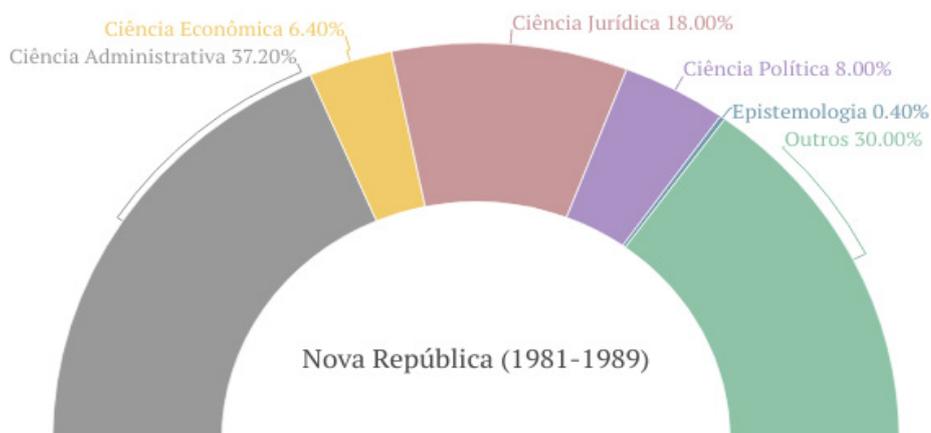
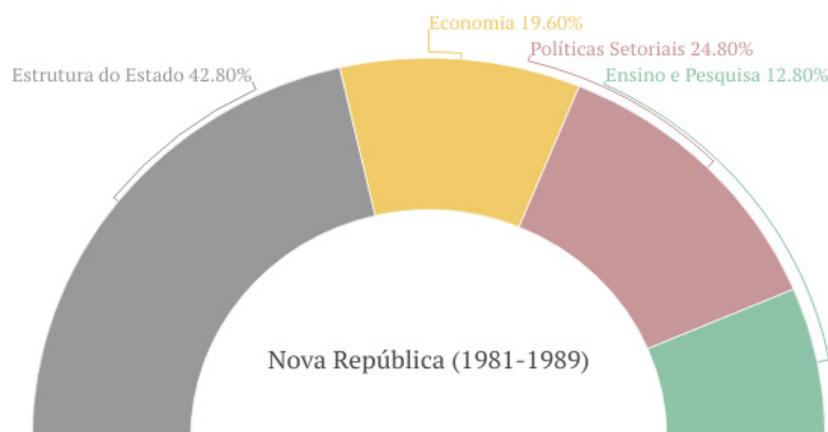


Gráfico 9 - Análise percentual dos *loci* de estudo durante a Nova República (1981-1989)



Fonte dos gráficos 8 e 9: Keinert e Vaz, 1994a.

• REPÚBLICA CONTEMPORÂNEA (1994 – 2021): RSP E A RETOMADA DE RUMOS

Torna-se um desafio sintetizar os últimos 27 anos da administração pública e seus reflexos nas edições da RSP, uma vez que, em termos governamentais, o Estado brasileiro viu a passagem de diferentes correntes políticas que se alternaram no poder, algo próprio da natureza democrática do seu regime. No entanto, em termos editoriais é possível afirmar que entre 1994 e 1995, momento em que a RSP voltou a ser publicada, a revista ainda estava impregnada do caráter informacional-difuso,

herança da etapa editorial anterior, algo que afetou até mesmo sua periodicidade (foi quadrimestral e semestral no período). A partir de 1996 a revista assumiu definitivamente um perfil editorial de tendência mais crítica, analítica e científica, a qual se preserva até os dias de hoje, e, desde 1998, passou a ser publicada a cada trimestre regularmente. Além disso, neste período, além das quatro edições regulares também se passou a publicar edições especiais, algo que não acontecia desde 1949 (ano em que se celebrou os 100 anos de Ruy Barbosa em uma edição comemorativa), bem como passou a publicar edições inteiras em língua inglesa, demonstrando tanto o alto grau de profissionalização de sua burocracia, como sua internacionalização e o maior alcance da revista. Muita desta regularidade na produção editorial deve-se à maior estabilidade da máquina administrativa e do próprio regime democrático, conquistas importantes diante de um mundo globalizado e em constante mutação. O início dos anos 1990 viu o aceleração das transformações tecnocientíficas, a integração mundial dos mercados e dos sistemas de produção (especialmente após o fim da União Soviética) e a consolidação da ideia de uma sociedade da informação, termo cunhado pelo sociólogo Daniel Bell, onde a expansão da comunicação por meios mais ágeis facilitou o intercâmbio de conhecimentos e a capacidade de re/produção dos mesmos (Vf. BELL, 1978). Obviamente, a reforma do Estado tornou-se objetivo central em boa parte do hemisfério Ocidental, e, como não poderia ser diferente, atingiu também o Brasil. No entanto, inicialmente, segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira, a transição democrática significou, no plano administrativo, a retomada dos ideais burocráticos clássicos dos anos 1930, algo que foi sacramentado na Constituição de 1988, a qual assentou uma administração pública centralizada, hierárquica, rígida e sem dar prioridade à administração indireta. Em consequência, a crise administrativa somada às crises social, econômica, fiscal e política, legadas da década de 1980, surgiram com toda a força diante da incapacidade do Estado de extirpar as práticas patrimonialistas e clientelistas de sua administração (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 8-12).

É fato que o tema reforma administrativa ganhou força em países como Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido, que ainda nos anos 1980 impulsionaram uma revolução em suas práticas de gestão rumo a uma administração pública gerencial, a qual era baseada na descentralização política e administrativa (administradores públicos como gerentes autônomos), no menor grau de hierarquias dentro organizações, no pressuposto da confiança limitada, no controle por resultados dos processos administrativos e na administração voltada para

o atendimento ao cidadão (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 11-12). Entretanto, seria somente no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, que o tema se tornaria o centro das reflexões sobre os novos rumos do Estado. Desse modo, é interessante notar que debates sobre a implantação de tal reforma encontraram ampla ressonância nos artigos da RSP a partir de 1994, fazendo com que os *foci* ciência administrativa, ciência política e outros parecessem faces integrantes de um mesmo fenômeno, sendo simultaneamente discutidos, algo que se evidencia no equilíbrio percentual entre eles, respectivamente, 27,66%, 22,47% e 26,06%. Nota-se, assim, que em termos de perspectiva teórica, os temas das ciências administrativas imiscuíram-se com as ciências políticas, fazendo com que o tema administração pública fosse praticamente indissociável dos debates políticos e epistemológicos ao longo de todo período, caracterizando, portanto, a multidisciplinariedade como marca desta etapa histórica.

Tal equilíbrio também segue nos *loci* analisados. Por exemplo, no *locus* Estruturação do Estado, os temas organização administrativa, orçamento/finanças, reforma administrativa, organização política e gestão do conhecimento aparecem bastante balanceados, com média de 42,8 artigos produzidos sobre o tema. Por outro lado, os *loci* funcionalismo público, planejamento e experiências internacionais também surgem equilibrados, com média de 74,6 artigos produzidos sobre a temática no período total. Causa interesse notar que os termos “planejamento/gestão” e “reforma” aparecem, respectivamente, em 9,6% e 14,7% nos títulos da produção de todo o período (eram comuns títulos como: *O novo Estado – gestão e governabilidade*; *A nova gestão pública e as políticas de programação orçamentária do governo*; *La nueva administración pública: el equilibrio entre la gobernanza política y la autonomía administrativa*; *Uma nova gestão pública para a América Latina*; *A nova gerência pública*; *Burocracia e revolução gerencial*; *Formação de carreiras para a gestão pública contemporânea*; *O que a nova governança vai significar para o governo federal?*; *Uma gerência pública para os novos tempos*, etc). Surge como um indicador relevante o fato de que estão entre os artigos mais citados e mais lidos de toda a história da RSP os textos de autoria de Bresser-Pereira, ex-ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998). *Da administração pública burocrática à gerencial e Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil*, respectivamente de 1996 e 1998, são artigos que se caracterizam por explicar o contexto de tensão do período, por analisar historicamente as reformas administrativas prévias pelas quais passou o país, assim como por esclarecer os horizontes futuros que seriam possíveis com a

implementação da reforma gerencial.

Consequentemente, a tônica analítico-crítica presente nos textos de Bresser-Pereira simboliza na história da RSP uma nova tomada de rumos na sua linha editorial, que assume definitivamente o perfil de periódico científico destinado a fomentar a reflexão e o debate sobre a administração pública no país. Ao estimular estudos, ensaios e pesquisas em torno do tema de políticas públicas e gestão governamental, em todas as fases (elaboração, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação, levando-se em conta o esquema definido por Michael Howlett e M. Ramesh)¹¹ e em todas as esferas (estadual, municipal e federal), a RSP manteve-se fiel à ideia projetada nos anos de 1930, que seria a de servir de mecanismo para a disseminação de conceitos, metodologias e boas práticas no âmbito da esfera pública. Ao mesmo tempo, a revista continua a atuar como instrumento de orientação aos servidores públicos, porém englobando na atualidade não só especialistas, acadêmicos, pesquisadores, professores e estudantes dos cursos de ciência política e administração, membros da comunidade de praticantes, mas também interessados no tema, ou seja, toda a sociedade, ampliando-se assim, definitivamente, o perfil de seu público-leitor. Soma-se a isso o fato de que a publicação, desde 2018, passou a ser somente virtual, não mais impressa, passando a oferecer acesso livre, imediato e gratuito a todo seu conteúdo (inclusive às edições históricas até 1937), sob o princípio da democratização do conhecimento. Ao manter um variado número de membros participando do Conselho Editorial e do Corpo Editorial Científico, formados tanto por acadêmicos brasileiros como estrangeiros, e por guiar-se pelo princípio da isonomia no processo editorial, por meio da avaliação pelos pares e seguindo as normas de revisão por sistema duplo cego (*blind review*), a revista moveu-se em direção definitiva ao perfil científico de revistas congêneres, fazendo parte de importantes indexadores e diretórios de pesquisa e obtendo boa pontuação no sistema Qualis/Capes.

Talvez isso explique o perfil diversificado de grande parte dos articulistas, tanto originado das próprias carreiras de Estado, principalmente de servidores com alta formação técnica como também das mais diversas carreiras em todas as esferas

¹¹ Há um longo debate na Ciência Política sobre o ciclo de criação de políticas públicas. Esta pesquisa optou por adotar o sistema elaborado por Michael Howlett e M. Ramesh que, em seu livro *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems*, conseguiram sintetizar o processo de elaboração de uma política pública em apenas cinco fases: a elaboração ou definição de agenda, formulação de políticas, tomada de decisão, implementação e avaliação. A objetividade desse esquema explicativo permite visualizar com mais clareza as diferentes fases do ciclo de criação de uma política pública. Ver HOWLETT e RAMESH, *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems* (1995).

de governo, além de ser ampla a participação de acadêmicos e pesquisadores dispersos nos mais relevantes centros de investigação superior do país e do estrangeiro. Essa diversidade no perfil dos articulistas também é um indicador relevante do ressurgimento de artigos comparativos entre a realidade brasileira com a de países estrangeiros (algo que representa 9% de toda a produção do período). Como consequência, houve uma natural internacionalização da revista, que passou a integrar em suas edições a participação de articulistas internacionais ligados a universidades, agências públicas e privadas, organizações não-governamentais e também centros superiores de investigação em ciências políticas, sociológicas e de administração pública, fomentando uma relevante produção de artigos em língua estrangeira.

Cabe mencionar ainda, a retomada e expansão de articulistas mulheres, uma vez que o país não passaria imune às transformações sociais sobre a questão de gênero e sobre as tendências de emancipação feminina das últimas décadas. A partir de 1994, tornou-se bastante significativo o salto no número de mulheres articulistas (de 20 no período anterior para o total de 474 em 2021), ainda que a participação masculina continue sendo mais expressiva: 59,8%, em relação a 40,17% de mulheres sobre a produção total do período; e 80,83% a 19,17%, em relação à produção total da revista. No entanto, cabe destacar que, nas últimas décadas, a revista contou também com a presença feminina nos cargos de editor-chefe e editor-adjunto, dados que expressam a mutação da própria burocracia nacional e dos papéis sociais atribuídos aos gêneros na contemporaneidade. Esse dado talvez explique o aumento de pautas de políticas de gênero e maiores debates sobre a participação feminina nas políticas públicas nacionais, ainda que tais discussões careçam de maiores estudos (representam somente 1,06% do total dos artigos no período).

Tal fator surge como um reflexo próprio da administração pública gerencial, que está baseada na concepção de um Estado e de uma sociedade democrática e plural, algo que transparece sobretudo na ampliação do *locus* “política social”, fenômeno empírico que se viu bastante refletido nas páginas da RSP, sobretudo, no período de 2003 a 2015, anos dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Nesta etapa, as reflexões sobre as políticas públicas ganharam maior destaque nas páginas da revista, especialmente no que se refere à análise do programa Bolsa Família, sendo frequentes títulos como: *A perspectiva brasileira sobre a pobreza: um estudo de caso do programa Bolsa Família*; *Avaliação da integração*

do programa de erradicação do trabalho infantil ao programa Bolsa Família; Programa Bolsa Família – descentralização, centralização ou gestão em redes?; Intersetorialidade e transversalidade: a estratégia dos programas complementares do Bolsa Família, entre outros.

Nesta etapa, retomam-se algumas das discussões do período de reabertura democrática, como as políticas educacionais (em todos os seus níveis: básico, médio e superior), assim como há um incremento de debates sobre questões culturais, saúde e previdência, e, pela primeira vez na história da revista, se discute a questão de raça (a qual representa, todavia, somente 0,30% da produção total do período, tema que exige maiores pesquisas e estudos). Por outro lado, a RSP também discutiu o papel do neoliberalismo e de suas propostas de redução do papel do Estado no controle da economia, a questão das privatizações e do Estado mínimo, além de outras formas de relações Estado-sociedade, como por exemplo, setores de serviços estatais não exclusivos, sendo possível o controle misto, tanto pelo mercado e pelo Estado, como também, pela sociedade. Debates que influenciaram diretamente a produção de artigos sobre organização econômica, comércio exterior, setor privado, política industrial, política energética, sistema financeiro e política tecnológica no período (representando 7,8%, do total da produção). A partir de 2019, destaca-se também o aumento de debates sobre reforma fiscal, gestão financeira, compras e contratações, desempenho orçamentário, entre outros, representando um aumento de 37,7% de trabalhos sobre o tema em todo o período.

Nesta etapa histórica, tanto a RSP firma-se como referência importante para o estudo da administração pública e do serviço público, como a própria Enap passa a ser reconhecida como modelo referencial de escola de governo, tanto no Brasil como no exterior, contribuindo ambas na formação e na consolidação dos quadros da burocracia nacional. Ou seja, assim como em 1930, quando a RSP se confundia com o DASP, atualmente a revista é indissociável da Enap e da sua missão de disseminadora de conhecimentos e reflexões sobre Estado, serviço e políticas públicas, além de técnicas inovadoras de gestão. Isso se torna claro na quantidade expressiva de artigos que discutem o papel das escolas de governo e da necessidade de capacitação dos servidores públicos, seja por meio de análises teórico-metodológicas, ou mesmo em artigos críticos, representando 16% do total das produções do período. A edição especial da revista intitulada *Três décadas de Enap e de Escolas de Governo*, publicada em 2019, representa um material relevante na história da administração pública uma vez que, por meio da RSP e de seus artigos,

foi possível refletir sobre o papel da Enap como escola de governo, suas funções e sua própria atuação na sociedade, assim como se identificaram possibilidades, desafios e caminhos de inovação.

Cabe ressaltar, ainda, que a tradição de publicar edições especiais se consolidou neste período, momento em que foram publicadas mais de onze edições especiais,¹² em que se analisaram temas mais relevantes para o Estado nos últimos anos. Nesse sentido, é importante por em relevo o papel da RSP como periódico de utilidade pública, servindo de mecanismo de informação rápida e efetiva, como por exemplo, com o lançamento da edição especial sobre a Covid-19, publicada ainda durante o calor das tensões, da falta de dados sobre a doença e da efervescência dos debates políticos, sanitários, econômicos e administrativos sobre a pandemia global no ano de 2020. Temas como teletrabalho, transformação administrativa, participação cidadã e governo digital ganharam cada vez mais espaço diante das mutações tecnológicas e sociais impulsionadas pela crise sanitária.

Dessa forma, servindo não somente ao Estado, ao setor público e seus servidores, mas também à sociedade, a RSP circulou durante 85 anos adaptando-se e reajustando-se aos mais diferentes tempos e contextos do Estado, ora mais ativa e ora mais frágil, sem contudo perder de vista sua missão de ser um periódico voltado para a disseminação de conhecimentos em matéria técnica, relacionados à gestão governamental e políticas públicas, como também destinada a difundir artigos de caráter científico, ao privilegiar a publicação de textos de conteúdo acadêmico e crítico. Por fim, fica claro que, ao longo de sua trajetória, a RSP primou por estimular a reflexão sobre o papel do Estado, sua atuação social, assim como em fomentar desenvolvimento do serviço e dos servidores públicos, servindo como referencial teórico para o estudo da administração pública no Brasil.

¹² Além da edição especial sobre o centenário de Ruy Barbosa em 1949, a RSP já publicou edições específicas sobre os temas: o papel do Estado e gestão pública no século 21; capacidade política; governança; escolha pública; regulação; inovação e modernização administrativa, entre outros temas.

Quadro 5 - Análise editorial da RSP durante a República Contemporânea (1994-2021)

Cenário	Perfil editorial	Artigos	Articulistas	Público-Alvo
RSP em plena maturidade, expansão e internacionalização	Alinhado com as revistas científicas congêneres, de perfil internacional, assume definitivamente um caráter analítico-crítico Perfil multidisciplinar: Ciência administrativa, política e outros temas se imiscuem	Perfil definitivamente crítico-analítico, demonstrando alto grau de profissionalização e sofisticação da burocracia nacional	Perfil diverso e variado: alta burocracia, diversas carreiras técnicas, acadêmicos e pesquisadores, comunidade de praticantes dispersos nos mais relevantes centros de investigação superior do país e do estrangeiro, além de articulistas internacionais	Diverso: própria burocracia, academia, comunidade de praticantes e a sociedade como um todo
Estado pensa a si mesmo, promove e difunde conhecimento, e promove soluções	Publicação virtual, em língua portuguesa, com algumas edições em língua inglesa, e alguns artigos em espanhol Periodicidade passa a ser regular (trimestral), publicação de edições especiais sobre temas em voga na esfera federal	Principais <i>foci</i> : Equilíbrio entre: Ciência Administrativa (27,66%), Ciência Política (22,47%) e outros (26,06%)	Consolidação da participação feminina no papel de articulistas de perfil crítico-analítico, integrando, inclusive, o corpo editorial da revista (editoras-chefes e editoras-adjuntas)	
Publicação retomada em 1996	Passou a ser editada pela Enap	Principais <i>loci</i> : Estrutura do Estado (63,16%): funcionalismo público, planejamento e experiências internacionais Políticas Setoriais (20,61%): saúde e previdência, educação e políticas sociais Ensino e Pesquisa (8,38%): análise teórico-conceitual		

Fonte: elaborado pelas autoras.

Gráfico 10 - Análise percentual dos *foci* de estudo durante a República Contemporânea (1994-2021)

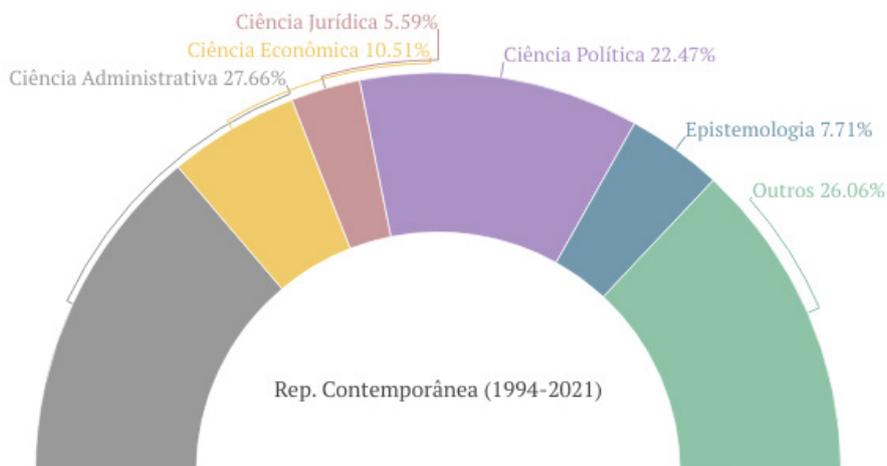
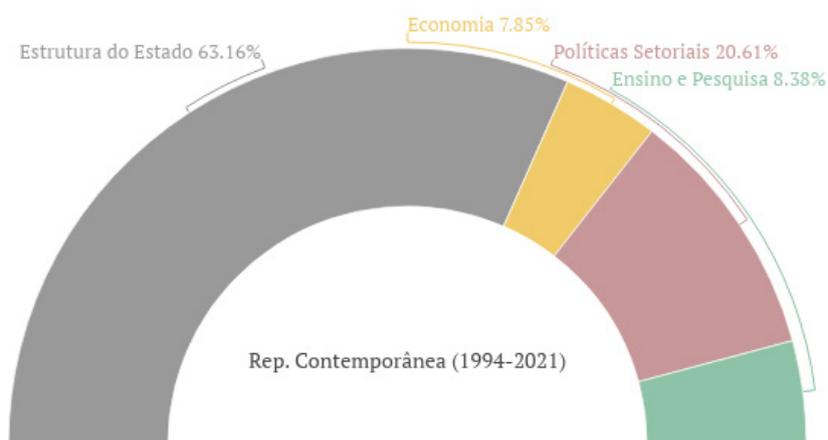


Gráfico 11 - Análise percentual dos *loci* de estudo durante a República Contemporânea (1994-2021)



Fonte dos gráficos 10 e 11: elaborados pelas autoras.

REFLEXÕES FINAIS

É possível entender a criação da RSP como um marco histórico na inovação e na disseminação de boas práticas administrativas no contexto das primeiras ondas reformistas do Estado brasileiro. Isso se dá porque foi uma das primeiras publicações federais direcionada à formação de servidores e à discussão sobre as melhores técnicas de gestão, tendo por objetivo a racionalização e a eficiência do serviço público nacional. Seus mais de 4.650 textos e suas mais de 434 edições refletem os momentos de câmbios, ajustes e reajustes do Estado, sua adaptação aos tempos de turbulência tanto no país como no mundo, bem como a busca de soluções e os processos de inovação político-administrativos pelos quais passou o país em mais de oito décadas. Passaram por suas páginas alguns dos mais ilustres pensadores nacionais como Antônio Houaiss, Alberto Guerreiro Ramos, Beatriz Wahrlich, Carlos Drummond de Andrade, Celso Furtado, Celso Antônio Bandeira de Mello, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Miguel Reale, Otto Maria Carpeaux, Roberto de Oliveira Campos entre outras grandes personalidades da administração pública nacional. Além disso, foram discutidos alguns dos mais importantes assuntos políticos e de gestão em voga em âmbito nacional, fazendo com que a RSP figurasse como periódico relevante para a consolidação da ciência administrativa e, principalmente, da administração pública no país.

Em pleno século 21, a RSP se modernizou e buscou se adaptar às novas demandas temáticas e tecnológicas surgidas no cenário nacional, sem, contudo, perder sua missão original: disseminar conhecimentos em matéria técnica, relacionados à gestão governamental e políticas públicas, assim como difundir artigos de caráter científico, ao publicar trabalhos acadêmicos e teórico-críticos. Ao longo de seus 85 anos, a RSP e seus artigos figuram como patrimônio público, memória coletiva das grandes transformações gerenciais e políticas no cenário da administração pública brasileira, sendo suas edições históricas material indispensável para a investigação acadêmica e para o conhecimento da trajetória da gestão pública nacional. Por outro lado, há muitos temas que carecem de maiores estudos (como pautas raciais, de gênero, meio-ambiente e sustentabilidade, por exemplo) e que podem encontrar nas páginas da RSP espaço para discussão sobre as oportunidades e desafios para a gestão pública do século 21.

Por fim, apoiada na ideia de documento-monumento, sintetizada pelo historiador Jacques Le Goff, é importante entender que as páginas da RSP não

são inócuas, resultam do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária e involuntariamente – determinada imagem de si próprias, sendo por isso o resultado consciente ou inconsciente das sociedades que as produziram (LE GOFF, 1996, p.538). Cabe, pois, aos analistas do presente, compreender as estruturas nas quais elas foram construídas, a fim de perscrutar as condições de sua produção, lugar em que encontrarão o sentido de si próprias.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz, PEDROTTI, Paula; PÓ, Marcos Vinícius. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: Em ABRUCIO, Fernando Luiz, LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silva. *Burocracia e política no Brasil – desafios para a ordem democrática no século XXI*. São Paulo: Editora FGV, 2010.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BHERING, Marcos Jungmann. Positivismo e modernização: políticas e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935). Dissertação de mestrado em História das Ciências na Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2008.
- BRASIL, Felipe Gonçalves; CEPÊDA, Vera Alves; MEDEIROS, Tiago Batista. O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil. *Temas da Administração Pública*, v.9, n.1, 2014, p.1-21, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/125197>. Acesso: 10 de junho de 2022.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v.49, n.1, 1998.
- _____. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, v.47, n.1, 1996.
- CHASTAIN, Andra B.; LOREK, Timothy w. *Itineraries of expertise – Science, technology and the environment in Latin America’s long Cold War*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2020.
- FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Industrialização, Estado e sociedade no Brasil (1930-1945). *Revista de Administração de Empresas*, v.24, n.3, p.35-46, 1984, Rio de Janeiro.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, R. *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems*. Toronto: Oxford University Press, 1995.
- KEINERT, Tânia Mezzomo e VAZ, José Carlos. Histórico da RSP: A Revista do Serviço Público no Pensamento Administrativo Brasileiro (1937-1989). *Revista do Serviço Público*, v.45, n.1, p.9-41, 1994.
- _____. A história da Revista do Serviço Público a partir da análise dos seus editoriais. *Revista do Serviço Público*, v.45, n.2, p.9-43, 1994.
- LATHAM, Michael. *Modernization as Ideology – American Social Science and “Nation Building” in the Kennedy Era*. University of North Carolina Press, 2000.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.
- LOPES, Luís Simões. A viagem do sr. Luís Simões Lopes aos Estados Unidos. *Revista do Serviço Público*, v.2, n.1-2, p.101-103, 1939.
- MELLO E SOUZA, Nelson. Reforma administrativa no Brasil – um debate interminável, *Revista de Administração Pública*, v.28, n.1, p.54-70, 1994.
- MULHER500. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/>. Acesso: 10 de junho de 2022.
- ROCHA, Carolina da Cunha. *Cultivando el Estado, sembrando el progreso: el Ministerio de Agricultura y la formación de la tecnocracia agraria de Brasil (1930-1955)*. 2021. Tese de Doutorado em História, El Colegio de México, 2021.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *Criação de uma Escola Superior de Administração Pública*. Brasília: Enap, 2005.
- SANTOS, Wanderlei Guilherme. A elite invisível: explorações sobre a tecnocracia federal brasileira. *Revista do Serviço Público*, v.67, n.3, p.463-482, 2016.
- WAHRlich, Beatriz M. de Souza. A reforma administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas – uma apreciação geral. *Revista de Administração Pública*, v.18, n.1, p.49-59, 1984.

Carolina da Cunha Rocha

 <https://orcid.org/0000-0002-4576-7008>

Doutora em História por El Colegio de México e mestre em História pela Universidade de Brasília (UnB). Editora-Adjunta da Revista do Serviço Público (RSP).
carolina.rocha@enap.gov.br

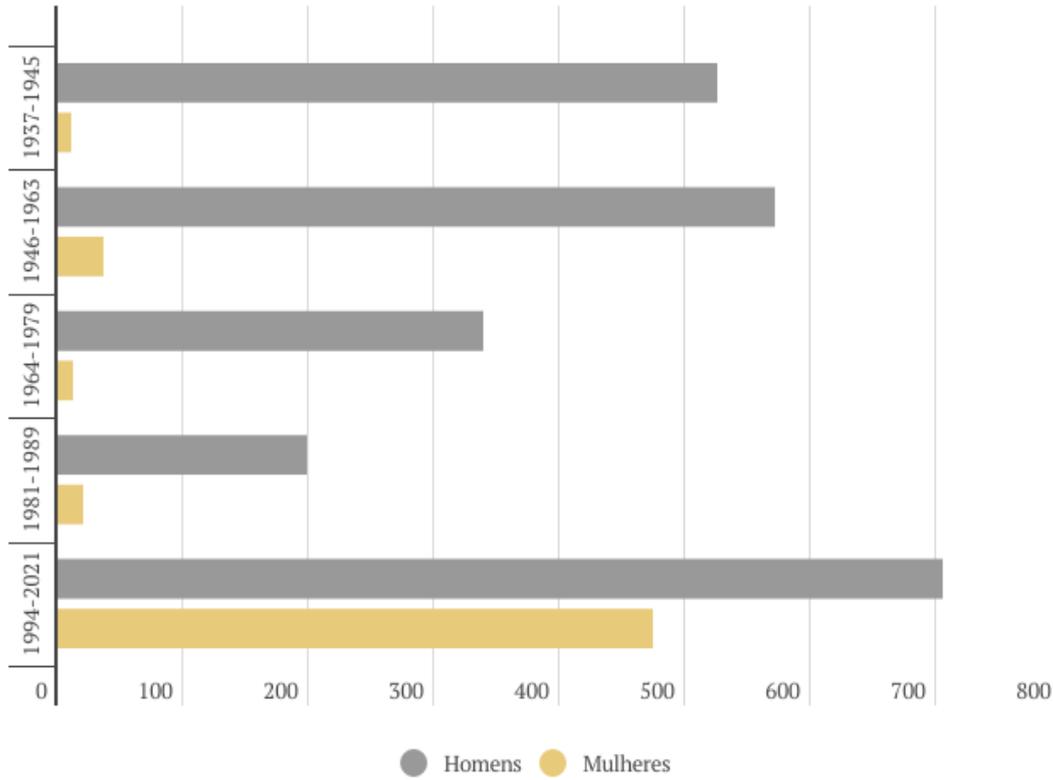
Mila Lopes Mesquita

 <http://orcid.org/0000-0001-6789-9389>

Bacharel em Administração pela UPIS - Faculdades Integradas. Pós-graduanda em Neurociência e Comportamento Humano pela Universidade La Salle (Unilasalle). Editora-Adjunta da Revista do Serviço Público (RSP).
mila.mesquita@enap.gov.br

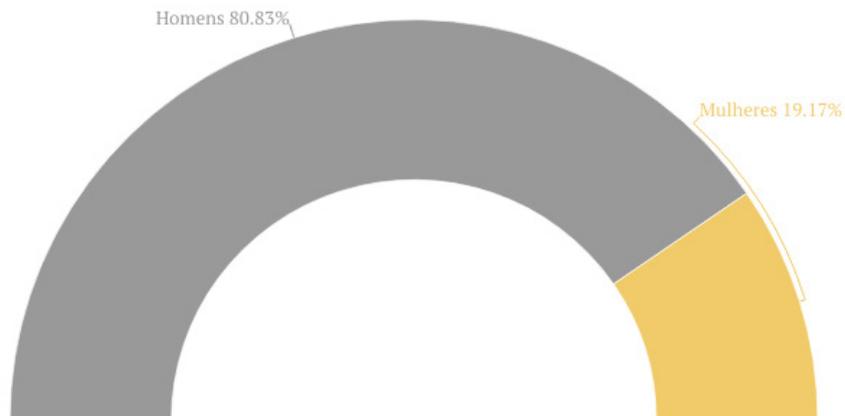
APÊNDICE

Gráfico 12 - Proporção de articulistas homens e mulheres entre 1937 e 2021



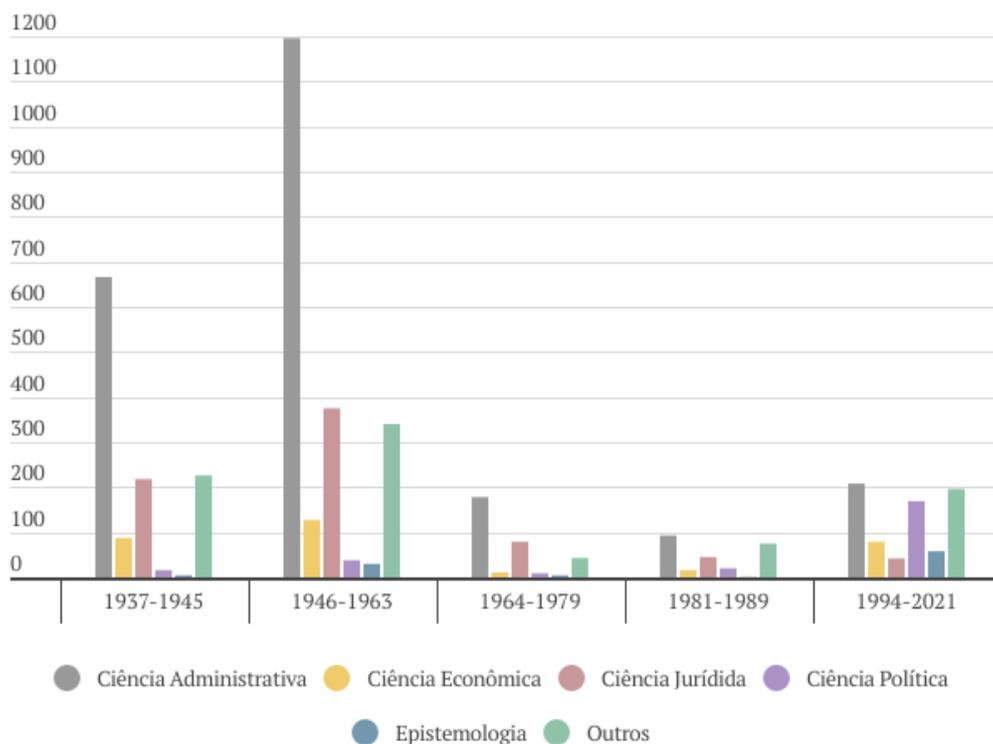
Fonte: elaborado pelas autoras

Gráfico 13 - Percentagem total de homens e mulheres articulistas (1937-2021)



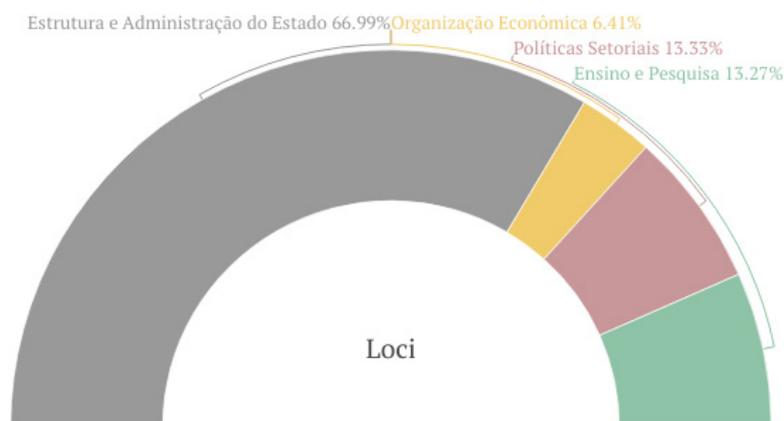
Fonte: elaborado pelas autoras.

Gráfico 14 - Distribuição total dos *foci* (1937-2021)



Fonte: elaborado pelas autoras, com integração dos dados obtidos por Keinert e Vaz.

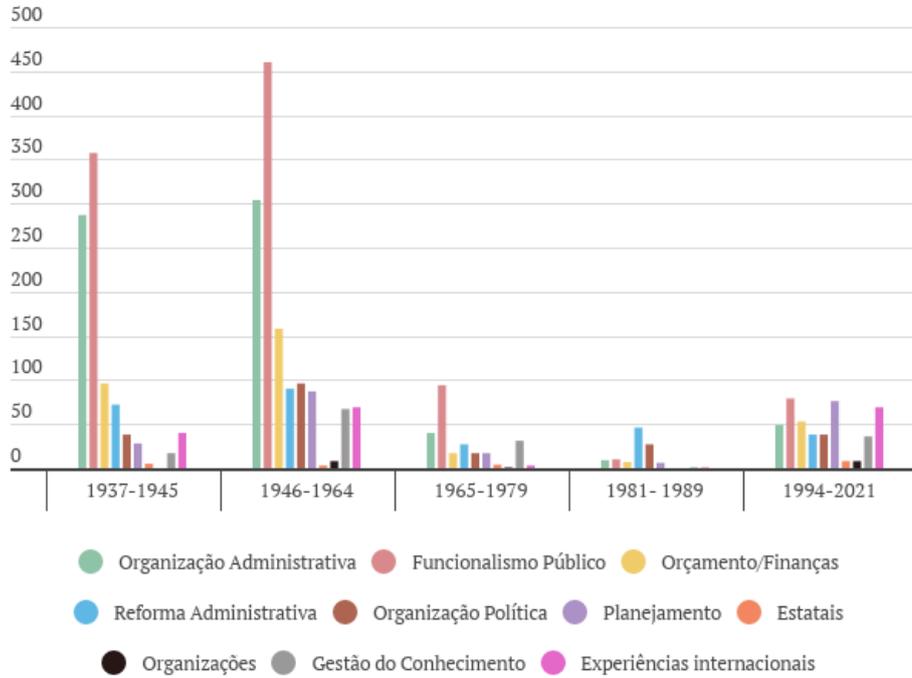
Gráfico 15 - Distribuição total dos *loci* (1937-2021)



Fonte: elaborado pelas autoras, com integração dos dados obtidos por Keinert e Vaz.

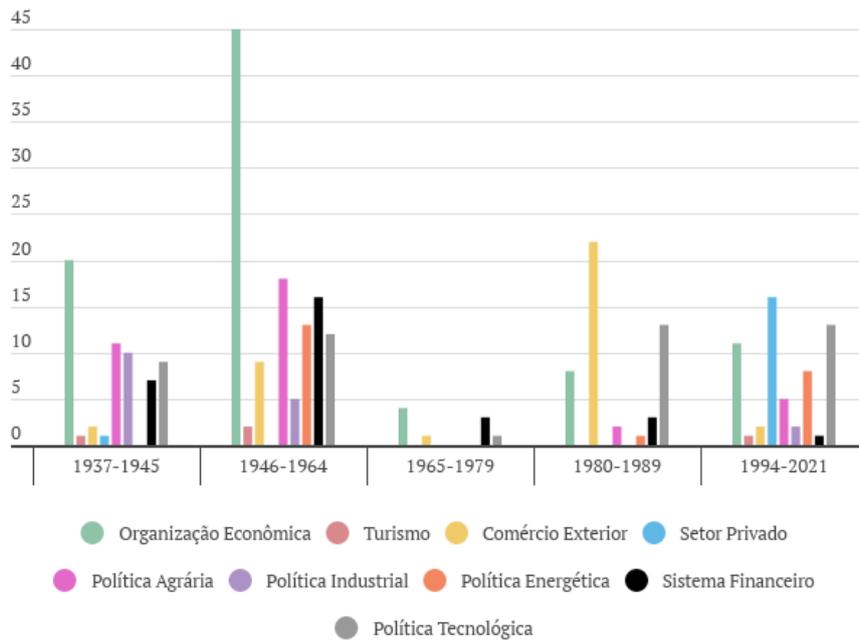
Gráfico 16 - Distribuição total dos *loci* por período e tema principal (1937-2021)

Estrutura e Administração do Estado



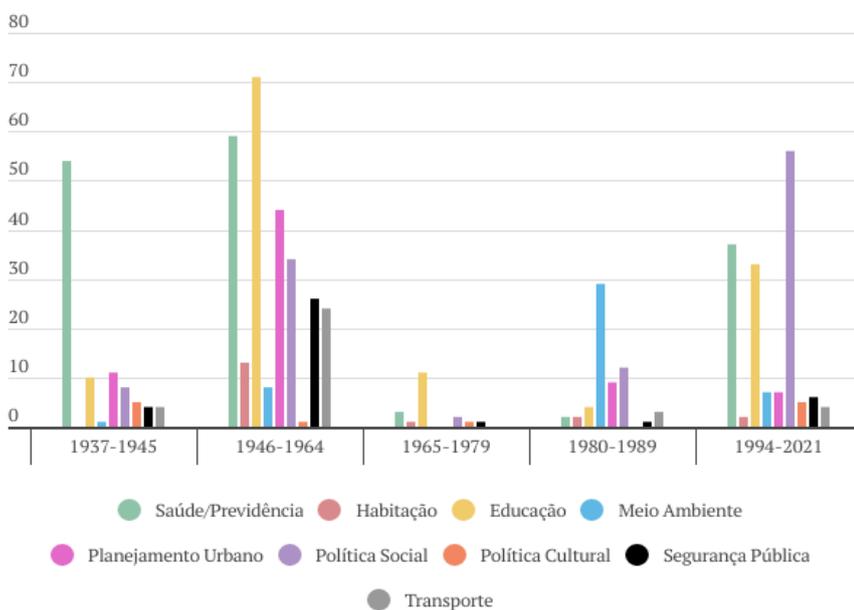
Fonte: elaborado pelas autoras, com integração dos dados obtidos por Keinert e Vaz.

Economia



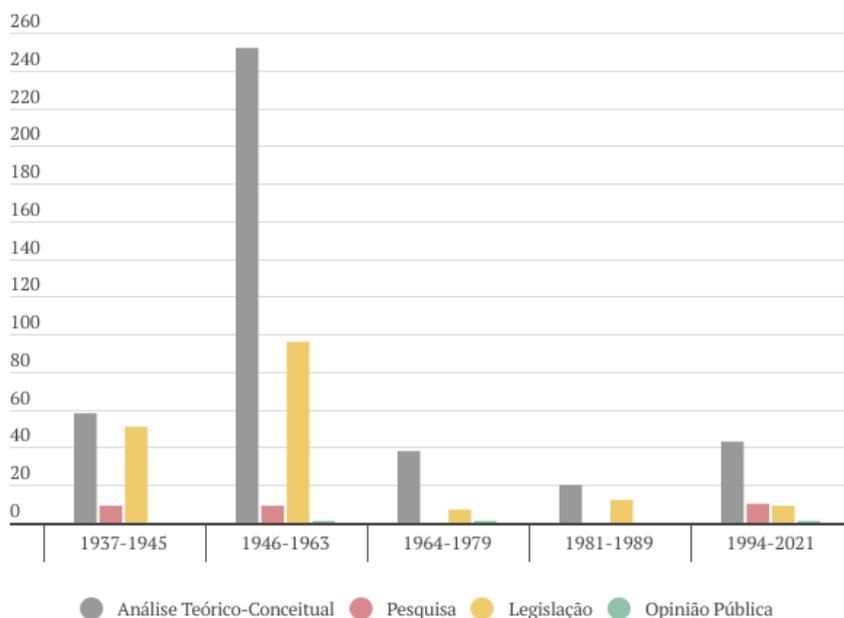
Fonte: elaborado pelas autoras, com integração dos dados obtidos por Keinert e Vaz.

Políticas setoriais



Fonte: elaborado pelas autoras, com integração dos dados obtidos por Keinert e Vaz.

Ensino e Pesquisa



Fonte: elaborado pelas autoras, com integração dos dados obtidos por Keinert e Vaz.